

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA

ATA N. 08, DE 20.09.2014

I – PRELIMINARES

No dia 20 de Setembro de 2014, pelas 13.45h, iniciou-se a sessão ordinária, da Assembleia Municipal (AM) de Castelo de Paiva, junto à Ponte Velha de Pedorido, seguida da visita à estação elevatória da ETAR, continuando a sessão na Sede da União de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso pelas 14.35h com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Ponto inicial aberto à participação do público sobre o abastecimento público de água e saneamento no Couto Mineiro do Pejão – ponto da situação, informações, troca de pontos de vista, esclarecimentos, sugestões. Com intervenções iniciais, previamente definidas, seguindo-se intervenções dos presentes, mediante inscrições.
2. Atas das sessões da AM de 28.04.2014 e de 27.06.2014.
3. Assuntos gerais de interesse autárquico (período de antes da ordem do dia).
4. Informação escrita da atividade da CM e da situação financeira do Município.
5. 1ª. Revisão ao Orçamento para 2014 (análise e deliberação).
6. Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2015 e Taxa de Derrama (análise e deliberação).
7. Isenção de juros, taxas de justiça e demais encargos nos processos de execução fiscal (análise e deliberação).
8. Regulamento Cheque-Farmácia. Consulta Pública (conhecimento).
9. Listagem de compromissos plurianuais no 2º. Trimestre de 2014 (conhecimento).
10. Relatório de Execução do Plano de Saneamento Financeiro (conhecimento).
11. Intervenção do público.

Participaram os membros: António Gouveia Coelho, Carla Margarida Nunes de Freitas Vinagre, José Vieira Gonçalves, Giselda Martins de Sousa Neves, Abel Duarte Barbosa, José António da Costa Moreira da Rocha, Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro, Ângelo Soares Fernandes, Maria Celeste José dos Santos, Cátia Cristina Gomes Rodrigues, José Correia Teixeira Martins; Filipe Miguel de Sousa Costa, Ricardo Jorge Martins Alves, Maria Alcina Gonçalves Correia; José Duarte Sousa Rocha; Maria Manuela de Sousa Moreira; Ricardo da Costa Moreira, Marta do Rosário Martins Moreira Teixeira; José Miguel Alves Nogueira, Almiro Miguel Santos Rodrigues Moreira, Liliana Catarina Martins Vieira, Joaquim Luís

Vieira Martins, José António dos Santos Vilela, Carlos Manuel da Silva Moreira representante da Junta de Freguesia de Fornos, Vítor Manuel Quintas Pinho, Joselina Maria Barbosa Fernandes Casaca, Agostinho Manuel Luís Monteiro.

Da Câmara Municipal (CM) participaram: o presidente, Gonçalo Rocha e os vereadores José Manuel Carvalho, Manuel Joaquim Correia Almeida Junot da Silva e Vanessa Pereira.

Presidiu Gouveia Coelho, assessorado pelos secretários eleitos Carla Freitas e José Vieira.

Pediram a suspensão de mandato os Membros Manuel António da Rocha Pereira, por motivos de saúde, pelo período de 5 dias. A AM nada opôs à requerida suspensão e aceitando que, então, em vez daquele, participasse na sessão o substituto Maria Celeste José dos Santos (o primeiro suplente da lista em que aquele tinha sido eleito). Fernando Rodrigues Alves, por motivos de ausência no Concelho. A AM nada opôs à requerida suspensão e aceitando que, então, em vez daquele, participasse na sessão o substituto Filipe Miguel Sousa Costa (o primeiro suplente da lista em que aquele tinha sido eleito). António Silva Pinto, por motivos de ausência no Concelho. A AM nada opôs à requerida suspensão e aceitando que, então, em vez daquele, participasse na sessão o substituto José Correia Teixeira Martins (o primeiro suplente da lista em que aquele tinha sido eleito). Sérgio Fernando Pinto Ribeiro Gouveia. A AM nada opôs à requerida suspensão e aceitando que, então, em vez daquele, participasse na sessão o substituto Ângelo Soares Fernandes (o primeiro suplente da lista em que aquele tinha sido eleito). António Pedro Maldonado Martins Carvalho, por motivos profissionais, por 5 dias. A AM nada opôs à requerida suspensão e aceitando que, então, em vez daquele, participasse na sessão o substituto Liliana Catarina Martins Vieira (o primeiro suplente da lista em que aquele tinha sido eleito). José Manuel Lopes de Almeida, por motivos de ausência no Concelho. A AM nada opôs à requerida suspensão e aceitando que, então, em vez daquele, participasse na sessão o substituto Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira (o primeiro suplente da lista em que aquele tinha sido eleito). Manuel da Costa Moreira da Rocha Correia, por motivos de ausência no Concelho. A AM nada opôs à requerida suspensão e aceitando que, então, em vez daquele, participasse na sessão o substituto José Miguel Alves Nogueira (o primeiro suplente da lista em que aquele tinha sido eleito).

O Presidente da AM declarou aberta a sessão às 13.45h, junto à Ponte Velha de Pedorido, seguindo-se a visita à Estação Elevatória de Águas Residuais.

Pelas 14.35h, continuaram-se os trabalhos na Sede da União de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso, em Oliveira do Arda.

1.- Ponto inicial aberto à participação do público sobre o abastecimento público de água e saneamento no Couto Mineiro do Pejão – ponto da situação,

informações, troca de pontos de vista, esclarecimentos, sugestões: com intervenções iniciais previamente definidas, seguindo-se intervenções dos presentes, mediante inscrições.

Presidente da AM referiu que aquele primeiro ponto aberto à participação do público sobre o abastecimento público de água e saneamento no Couto Mineiro do Pejão começou com a visita à Velha Ponte de Pedorido e obras em curso na ETAR. Agradeceu à Junta de Freguesia pela cedência das instalações, afirmando que a AM vinha com muito gosto, para verem e ouvirem, visto que alguns Membros da AM nunca tinham visto a Ponte com aquela conduta em cima e que deveriam ter noção do caminho andado relativamente ao saneamento e ao abastecimento público de água. Questionou onde estavam, e para onde iam e como iam satisfazer aquelas necessidades fundamentais das populações, em que condições e a que preço. Deu a palavra ao Senhor Presidente da Assembleia da União de Freguesia de Raiva, Pedorido e Paraíso.

Leandro Martins, Presidente da Assembleia da União de Freguesia de Raiva, Pedorido e Paraíso, começou por dar as boas vindas a todos os presentes. Agradeceu o convite do Sr. Presidente da AM para tomar a palavra. Lembrou o compromisso firmado para a realização de uma AM na união de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso e agradecia o cumprimento daquela promessa. Por último, agradeceu àqueles que eram os verdadeiros responsáveis pelo abastecimento de água e saneamento do Concelho e que tanto fizeram pela melhoria da qualidade de vida das pessoas. Afirmou que a população da Freguesia tinha um vínculo muito especial, algo que os unia e sensibilizava a todos, que eram as Minas do Pejão, que em tempos foram um motor de desenvolvimento, não só para as freguesias onde estavam localizadas, mas para todo o Concelho. Se não fosse pelas Minas provavelmente a eletricidade e o abastecimento de água não tinham chegado tão cedo e qualquer um reconhecia a melhoria substancial da qualidade de vida das populações. Apesar da enorme dívida de gratidão e depois do encerramento das Minas, foram cometidos erros que levaram à perda de património relacionado com as mesmas e que as populações da União de Freguesia de Raiva Pedorido e Paraíso encontravam-se a querer atenção por parte da CM de Castelo de Paiva. Era inadmissível que ainda existissem lugares com sistemas de abastecimento de água pouco eficazes, porque acima de tudo a qualidade de vida dos cidadãos deveria ser uma prioridade. Naquele sentido apelava ao Sr. Presidente da CM que dirigisse esforços para melhorar o abastecimento de água e saneamento da freguesia. Apelou, também, à preservação do património que restava das Minas do Pejão, como era o caso da Ponte Centenária de Pedorido. Aquela Ponte, além do património histórico, poderia ser uma parte integrante no sistema de abastecimento de água. Tendo em consideração a conservação da mesma, o sistema de abastecimento deverá ser adequadamente colocado e de forma a não pôr em causa a sua utilização. Esta Ponte reafirma a identidade da freguesia marcada pelo passado das Minas.

Verificou-se a presença da Presidente da Junta de Freguesia de Sardoura Joselina Casaca e do Membro Ricardo Costa.

Severino Pereira, ex-Presidente da Junta de Freguesia de Paraíso agradeceu o convite para estar naquela sessão, para fazer uma demonstração do que era o Paraíso em termos de abastecimento de água em 1976. Nessa altura, o Paraíso tinha um fontenário e um lavadouro em cada lugar. Referiu que se tinha reunido com o Dr. Fernandino Rocha, primeiro presidente da CM, e que este lhe tinha prometido ajuda, mas a mesma não chegou. Então, a primeira coisa que fizeram, foi criar uma comissão de moradores em cada lugar que ajudou a construir fontenários e enterrou muitos tubos de água. Conseguiram, então, que Paraíso deixasse de ser o que era para passar a ser o que foi até há pouco tempo. Esta Comissão de moradores ajudou durante 20 anos, assim como da CM. Não havia depósitos nem fontenários, apenas tinham minas que estavam muito sujas e com água imprópria para consumo. Também tiveram ajuda das Minas do Pejão na limpeza das minas de água, assim como dos bombeiros que enchiam os depósitos. Presentemente estava muito melhor e, por isso, dava os parabéns à Junta de Freguesia e à CM. O saneamento deveria ser feito nas 3 freguesias do Couto Mineiro. Quanto ao paraíso, tinha alguns lugares que estavam no seu fim. Se não houvesse incentivos ou apoios aqueles lugares terminariam. Havia um lugar que tinha silvas mais altas que as ramadas. Pedia ao Sr. Presidente da União de Freguesias e ao Sr. Presidente da CM que tomassem atenção e que dessem apoio àqueles lugares, para que os jovens pudessem ficar ali. Incentivos em termos de apoio, com a oferta de projeto de construção ou mesmo isentar de licença de construção, porque, senão, o Paraíso passará a ser Sabariz e Touriz. Por último agradeceu ao Sr. Presidente da AM aquela oportunidade.

José Manuel Barbosa, ex-Presidente da Junta de Freguesia de Pedorido, referiu que tinha sido Presidente da Junta de Freguesia de Pedorido em dois mandatos em 1992 a 1993 e 1998 a 2001. Agradeceu o convite feito e que o aceitou para valorizar aquela iniciativa de realizarem uma AM no local mais próximo das populações e com uma das matérias mais importantes na Ordem de Trabalhos. Afirmou que o abastecimento de água a Pedorido teve dois momentos, o primeiro que era feito a partir do Rio Douro, junto ao Choupal, e, o segundo, a partir de 2008, era feito pelas águas do Douro e Paiva. Aquele abastecimento, feito no rio Douro, passava na zona de fratura das minas e dava muitos problemas por causa de roturas na conduta. A partir de certa altura a água que era captada e colocada nos depósitos começou a ser insuficiente para o abastecimento à população. Por volta de 2007 e 2008 houve problemas graves no abastecimento de água, e, por isso, mudou-se para as Águas do Douro e Paiva através daquela estrutura colocada na Ponte Velha. Tinha sido uma situação imergente e provisória e, naqueles termos, aceite. O provisório já ia em 7 anos, achava que era uma preocupação e que os órgãos municipais deviam retirá-la do local. Quanto ao saneamento em Pedorido, em 1993, através da CM, iniciou-se uma instalação de uma rede própria que drenava do Souto e que iria ser conduzida

para a estação elevatória que visitaram. De 1998 a 2001 foi feita, em toda a freguesia, uma rede gravítica, mas quando a fossem utilizar, muito trabalho teria de ser feito para a porem funcionar. Entretanto, surgiu um projeto mais abrangente que era a CIM-Douro, mas naquela fase já não era Presidente da Junta de Freguesia, logo, haveria pessoas que podiam falar melhor sobre aquele projeto.

Presidente da AM referiu que a Mesa da AM tinha convidado a ADEP para estar presente para que desse uma informação mais detalhada sobre a Ponte Velha de Pedorido que foi sujeita a um estudo por si realizado e que foi feita uma candidatura a monumento de interesse nacional.

Engº. Mário Gonçalves, representante da ADEP, começou por agradecer o convite da AM e referiu que o pedido de classificação da Ponte de Pedorido foi enviado pela ADEP, em 14.03.2014, para a Direção-Geral do Património Cultural (Palácio Nacional da Ajuda-Lisboa). Em 30-07-2014 foi comunicado à ADEP o despacho do seu arquivamento baseado nos aspetos seguintes: *“Julga-se que uma eventual classificação da ponte em termos nacionais deveria ser enquadrada em conjunto com as estruturas das minas. Consideramos que enquanto objeto isolado, o valor patrimonial que reconhecemos a esta ponte tem uma abrangência do domínio municipal ou regional. Também não corporiza per si valores de memória, antiguidade e autenticidade de âmbito nacional.”* A ADEP fez, então, a seguinte observação: *“Apesar de o processo ter sido arquivado e pelo fato de nos considerandos da DGPC haver um conjunto de aspetos que a ADEP considera que reforçam o pedido de classificação, esta Associação entendeu reclamar tal arquivamento solicitando a abertura do processo e pedindo a revogação do despacho, facto que está datado de 14.08.2014. e que aguarda novo despacho, dentro de semanas.”* Referiu que se o novo despacho voltar a ser desfavorável à classificação de interesse nacional, restará a solução de a Câmara Municipal classificar esta ponte de interesse municipal. Entregou à Mesa um trabalho que tinha elaborado sobre as Minas do Pejão e solicitou que numa próxima AM fosse lido aos seus Membros.

Presidente da AM referiu que era importante para os Membros da AM terem conhecimento daquela matéria, para quando a AM fosse chamada a deliberar a tivessem presente. Aquela breve referência que fez ao caminho até agora percorrido serviu para fazer o ponto da situação. No sentido de conhecermos onde estavam e como é que estava a ser assegurado o abastecimento de água para consumo. Não podiam esquecer os caminhos percorridos e deveriam dar a conhecer aos mais novos que foi complicado, mas deveriam manter e melhorar, na medida do possível, o que já se tinha obtido.

Presidente da CM começou por felicitar a AM pela realização da sessão no Couto Mineiro do Pejão, conforme compromisso assumido anteriormente. Deu uma palavra de reconhecimento aos ilustres ex-Presidentes das Juntas de Freguesia da Região do Couto Mineiro que ao longo de anos deram muito de si próprios em prol da região e

do trabalho desenvolvido. Naquela altura, a aposta feita em Castelo de Paiva no abastecimento de água foi muito forte, permitindo um serviço importante para as populações. Muita da rede existente ainda provinha daquela altura e que o mérito era dos autarcas que fizeram muito com pouco, porque o tempo era difícil, mas o que fizeram foi com entusiasmo e vontade pelo concelho. Agradeceu a presença do Sr. Engº. Rego Costa da CIM-Douro e das Águas do Douro e Paiva que eram parceiros da CM na água e saneamento. A questão da conduta na Ponte Centenária de Pedorido tinha sido uma solução provisória para que Pedorido tivesse água em quantidade e qualidade, mas o certo é que aquela situação nunca tinha sido do agrado de todos, foi sempre uma solução contestada e que tinham de resolver com urgência a questão da colocação da conduta. Aquela preocupação foi manifestada, por diversas vezes, às empresas das Águas de Douro e Paiva e à CIM-Douro que tinham interesse em resolver a curto prazo a questão da colocação da conduta para dar acesso à futura ETAR que estava a ser construída. O projeto de saneamento em alta tinha sido desenvolvido nos últimos meses e tiveram a oportunidade de ver as obras que estavam em curso. Referiu que tinha chegado o momento de solucionar o problema em definitivo. Sabia que estava a ser elaborado um projeto para a colocação das condutas, mas estava convencido que a solução que viesse a ser encontrada seria do agrado de todos, porque a Empresa Águas do Douro e Paiva e CIM-Douro, pautavam-se por critérios de qualidade e de boa convivência com a comunidade. Quanto à reabilitação da Ponte, era uma questão de sensibilidade e responsabilidade e que envolvia montantes financeiros bastante significativos. Que não ia apresentar a solução, mas podiam confiar, porque havia um trabalho que estava a ser feito em parceria com aquelas entidades no sentido de procurarem a melhor solução para a Ponte. Esperava que a solução que viesse a ser encontrada fosse uma que dignificasse esta Ponte, que tinha uma longa história. Tinha de ter alguma prudência na forma como abordavam aquela questão, porque havia responsabilidades e, como todos sabiam, o trânsito foi proibido na Ponte e as soluções que viessem a ser encontradas tinham de salvaguardar, em primeiro lugar, a questão da segurança. Depois das infraestruturas de saneamento em alta estarem criadas era necessário fazer a ligação para a sua sustentabilidade. Felizmente, o saneamento era uma realidade no Concelho, estava a nascer em Pedorido, já estava em fase experimental em Fornos e, brevemente, iria ser adjudicada a obra da ETAR em Sardoura e que, com estas obras, tinham praticamente uma cobertura total do concelho, mas havia zonas que ainda necessitavam de ter soluções, teriam de ser negociadas com a CIM-Douro, como era o caso da freguesia de Real e outras zonas do Concelho que tinham de ter uma solução ao nível do saneamento em alta. Era bom saber que este sistema estava em curso e no fundo poderia possibilitar a solução, não só para o problema do saneamento, mas, também, para o problema da própria Ponte. Não podia apresentar a solução em definitivo, até já tinha manifestado isso a algumas pessoas pertencentes ao movimento da Ponte Centenária, mas não o poderia fazer de forma efetiva sem ter acesso ao projeto e ao que se pretendia implementar. Quanto à ação a outros níveis no

Couto Mineiro do Pejão, ao longo do mandato fizeram investimentos importantes de proximidade, muitos por administração direta e outros por empreitadas, mas no essencial foram investimentos que saíram do esforço da CM e estava a falar de cerca de 560 mil euros. Em números redondos nas 3 Freguesias do Couto Mineiro, nos últimos 5 anos, foram investidos 5 milhões de euros e que, olhando para as circunstâncias e os constrangimentos que a CM tinha, considerava um investimento bastante expressivo. Realçou a importância da sessão da AM e referiu que estava ao dispor para qualquer questão que lhe quisessem colocar.

Ricardo Jorge referiu que queria deixar uma nota sobre a Associação Pró-Água da Raiva que existia há 35 anos, que trabalhava 24 horas por dia, mas que 90% das pessoas do Concelho não conheciam. Era uma Associação da Raiva e que, desde 1978, fazia o abastecimento de água ao domicílio a mais de 100 habitações no lugar da Raiva. Queria colocar aquele assunto ao Sr. Presidente da CM e ao Sr. Eng.º das Águas do Douro e Paiva, porque a situação da Associação Pró-Água e do Lugar da Raiva enquadrava-se no passado, no presente e no futuro, era a mesma e queria saber se dentro do que previam para o desenvolvimento do projeto de fornecimento de água de consumo, se havia alguma coisa naquela área que pudesse afetar o Lugar de Raiva e a Associação Pró-Água.

José Duarte Rocha começou por saudar o Sr. Presidente da AM pela realização da AM no Couto Mineiro do Pejão, por toda a carga simbólica que tinha e o que representava para os paivenses daquela zona que podiam assistir aos trabalhos da AM. Considerava-a muito importante pelo que estava subjacente. O abastecimento de água e saneamento a Pedorido e a conservação do valioso património histórico e cultural que a Ponte Velha representava e que, com o máximo empenho, tinha de se acautelar para as gerações futuras. O Sr. Presidente da CM referiu que já tinham sido realizadas diligências naquele sentido e a questão que colocava era, para quando estavam a pensar fazer aquelas intervenções na Ponte Velha. Ainda quanto ao património gostava de saber, qual era o ponto da situação do Centro Museológico e do espólio que deveria ser conservado e exibido ao público. Se era verdade que muito daquele espólio se encontrava destruído ou em avançado estado de degradação. E as instalações em que se encontravam e a que se devia aquela situação. Gostaria que o esclarecessem se foi realizado algum inventário geológico ao Concelho de Castelo de Paiva e, em particular, ao Couto Mineiro do Pejão. Gostava, ainda, que se pronunciassem sobre a possibilidade do Geoparque de Arouca alargar os seus limites para Castelo de Paiva e em que moldes defendiam que isso pudesse acontecer e para quando. Relativamente ao abastecimento de água a Pedorido, referiu que queria recordar que o PSD tudo tinha feito para que fosse uma realidade em conjugação com as Águas do Douro e Paiva, conseguiram eliminar a discrepância que existia entre o norte e o sul do Concelho. Enquanto a norte já se fornecia água da melhor qualidade, grande parte do sul, com grande prejuízo para a população de Pedorido, não tinha o mesmo tratamento. Não havia justificação para que a Variante à EN 222 esbarrasse

contra um morro nas Lavagueiras e, ao terem aquele importante acesso a Canedo, permitiria que fossem mais competitivos na busca de empregos para os paivenses, atraindo mais investidores. A conclusão da Variante à EN 222 não era um capricho para estarem mais perto do Porto, era uma questão de justiça. O Sr. Presidente da CM poderia contar com o PSD de Castelo de Paiva para estarem na linha da frente para aquela reivindicação para bem de Castelo de Paiva.

Martinho Rocha, representante da ADEP, referiu que julgava que ia ficar elucidado da forma como se ia processar a travessia de conduta que ia levar o saneamento e que passaria a ponte. O Sr. Presidente da CM tinha referido que tinha em vista aquele trabalho, mas, o facto é que, em termos práticos, no terreno, a empresa saberia como estava definido, projetado, e achava que era importante ser colocada aquela questão para que soubessem o que ia acontecer. Quanto àquele processo da ADEP, que já foi apresentado, estava a ter o encaminhamento que se viu, tinha sido rejeitado, mandado arquivar e que, apesar de terem reclamado, era provável que no final deveria ser tudo indeferido e mandado arquivar. Gostava de saber, ainda, se a CM iria pegar no processo e classificar a Ponte como valor concelhio.

Manuel Moreira Rodrigues, ex-Presidente da Junta de Freguesia de Pedorido, começou por referir que ia fazer a história do Movimento da Defesa da Ponte Centenária de Pedorido, ao qual pertencia. O relacionamento da CM dava uma larga história, mas que o Sr. Presidente da CM sabia bem que as coisas não começaram bem, porque nunca houve uma boa aceitação por parte desta Instituição e por parte dos eleitos do Partido Socialista no Couto Mineiro, que nunca aderiram àquele movimento. Mas, as coisas foram-se processando de outra forma, pela positiva, e achava que as coisas estavam num caminho que os ia levar a uma solução positiva, a favor da Ponte e dos interesses da população local. O Sr. Presidente da CM na sessão da AM no passado dia 26 de Fevereiro, em resposta a uma questão que tinha colocado, disse que tinha boas notícias, mas não as daria, porque as negociações com as Águas do Douro e Paiva e CIM-Douro ainda estavam a decorrer e que na altura própria as daria em primeira mão, ao Movimento. Estavam, então, em Setembro e o Sr. Presidente da CM não deixava a perspetiva de elucidar, definitivamente, qualquer elemento, da forma como a questão da Ponte Centenária vai ser tratada, quer na questão da sua preservação quer na passagem da conduta definitiva da água e do saneamento. O Sr. Presidente da CM não deixava nenhum caminho em relação à solução, mas tinha acrescentado uma preocupação que era a proibição do trânsito na Ponte. Perdoava o Sr. Presidente da CM, porque só tinha sido eleito há 5 anos, mas oficialmente nunca foi proibido o trânsito na Ponte. Esperava que dali para a frente tratassem as coisas “*olhos nos olhos*”, com clara evidência, dando respostas em concreto. Por último, dirigiu-se ao Sr. Presidente da AM referindo que, “*olhos nos olhos*”, tinha de lhe dizer o que se passou em relação a um convite que o Sr. Secretário da Mesa, José Vieira Gonçalves, em Julho passado lhe fez, se aceitava a presença na AM e se preparava uma intervenção. Que

lhe tinha dito que sim, que tinha todo o gosto de participar e preparou uma intervenção. Mas, até à presente data, não houve ninguém da AM, nem da sua presidência que tivesse dito que afinal já não havia intervenção alguma ou qualquer outra justificação. Não se melindrava com pouca coisa, mas com aquela situação, sentiu-se melindrado, porque tinha muito respeito pela Mesa e considerava que não eram, nem de longe nem de perto, um grupo de “*talibãs*”, mas um grupo de pessoas que tinha responsabilidade política de gerir o melhor funcionamento daquele órgão importantíssimo do concelho. Que andarem a telefonar e a convidar as pessoas para um determinado fim e depois terem um silêncio sepulcral, isso não dava para si. Para concluir, disse que não sabia se o seu amigo José Vieira Gonçalves, secretário da AM, algum dia iria fazer alguma coisa pelo convite que lhe tinha feito e que caiu em saco roto. Referiu que o Sr. Presidente da AM, na última campanha, prometeu dignificar a Assembleia e se aquilo era dignificar, na sua terra “os pintassilgos iriam passar a chamar-se pavões”, porque não admitia que um órgão daquela importância tivesse tal tratamento para com os cidadãos. Tinha falado com alguns ex-Presidentes da Junta de Freguesia de Pedorido e colocou-lhes um incentivo para participarem, mas naquele momento sentia-se com a obrigação de ter uma conversa de justificação com eles. Deviam dignificar as coisas e fazer da AM um espaço de diálogo, sem estarem a olhar para as cores, porque se tinha apercebido, e daí a razão de não intervir enquanto ex-Presidente da Junta de Freguesia de Pedorido, pela linguagem utilizada, que uns sabiam e outros não. Era bom que todos fossem tratados de igual modo, porque eram todos paivenses.

Rui Melo, representante do Movimento da Defesa da Ponte Centenária de Pedorido, referiu, em nome do Movimento, que era com tristeza e indignação, mas também com muita esperança que a todos se dirigia. Com indignação, porque aquele Movimento tinha realizado sessões públicas, largamente participadas pela população, que foram ignoradas por aqueles que tinham o poder autárquico, quer a nível municipal quer ao nível da União de Freguesias, apesar dos convites endereçados. Existia uma conduta de água provisoriamente colocada sobre o tabuleiro na Ponte com a anuência do Executivo do Sr. Paulo Teixeira, mas, no decorrer do segundo mandato do atual executivo, mantinha-se. Sem fim à vista estava a sua remoção para local mais adequado. Em reunião com o Sr. Presidente da CM em Novembro de 2013, ficou assegurado o seu empenho nas negociações com a empresa de Águas do Douro e Paiva com vista à retirada da conduta de água que estava sobre a Ponte e à sua recolocação em local que não ofendesse a sua estética arquitetónica. Mas, até à presente data, não tiveram qualquer contacto por parte do Executivo Camarário sobre aquele assunto. Sobre aquela questão, pediram em Julho passado uma reunião que ainda não tiveram resposta, mas que iam reiterar o pedido pela urgência que lhe estava inerente. Estava ali enquanto Movimento, com o objetivo de participar na defesa de um património que era de todos, mas diligenciado por alguns. Um património que, não estando à cabeça das prioridades

do Executivo, emergia como uma necessidade primordial, face ao seu estado atual de degradação que para além do perigo que poderá acarretar em termos de segurança, transmitia uma imagem de desleixo e desprezo por aquele imóvel centenário, imagem aquela que ficava na memória de todos os que visitavam aquelas paragens e que constataavam o avançado estado de degradação em que a Ponte se encontrava. Salientou o esforço feito pela União de Freguesias para de acordo com as suas possibilidades, intervindo junto da Ponte, limpando silvas e ervas daninhas nos acessos e na área envolvente. Numa reunião que o Movimento teve com o Sr. Presidente da AM, emergiu a ideia de realizar aquela sessão da AM tendo como ponto na Ordem de Trabalhos para discussão a problemática da Ponte Centenária, mas, no entanto, aquele Movimento não recebeu qualquer convite para participar como orador. Toda aquela indignação dava lugar a alguma tristeza, porque constataavam que, apesar do trabalho e empenho, para que aquela questão não ficasse no esquecimento e para que se mantivesse acesa a chama de esperança numa ponte renovada ao serviço da população da União de Freguesias, uma Ponte de que o Concelho se pudesse orgulhar, no final parecia que eram uma força de bloqueio, um empecilho que surgiu para atrapalhar alguns planos, daqueles que julgavam que se já lá estava uma conduta poderiam ficar duas. Era a chama da esperança que aquecia a causa que defendia, em nome daquela terra. Era ela que os animava na expectativa que os vissem como parte da solução e não como parte do problema. O Movimento de Defesa da Ponte Centenária era um parceiro em todo aquele processo e deveria ser reconhecido como tal. Tinham estabelecido contacto aos mais diversos níveis e destacavam o mais recente com a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, que mostrou interesse e vontade em colaborar na resolução daquela questão, mas faltava apenas a manifestação inequívoca daquela vontade por parte do Executivo da CM de Castelo de Paiva e uma atuação em conformidade para que as coisas comesçassem a andar para a frente. Enquanto Movimento, cessará a atividade assim que alcançar os objetivos que defendia, a realização de obras de conservação e restauro na Ponte, a retirada da conduta de água do seu tabuleiro, a colocação da conduta de saneamento em local que não ofenda a visão da estrutura arquitetónica da Ponte, devendo qualquer equipamento, que vier a ser instalado, respeitar a identidade cultural e patrimonial, bem como a sua estética e enquadramento paisagístico. Pretendiam uma solução para a Ponte Centenária de Pedorido que desse resposta às necessidades da Freguesia em termos de abastecimento de água e saneamento, fosse também digna, respeitadora do valor histórico e patrimonial do imóvel e que afirmasse a Ponte Centenária de Pedorido como símbolo emblemático de Pedorido, do Couto Mineiro do Pejão e de todo o Concelho de Castelo de Paiva.

Jacinto Moreira da Silva, residente na Raiva, referiu que também tinha ficado um pouco desiludido, porque quando veio para a sessão da AM pensou que iam tratar de assuntos variados e que as coisas tivessem programadas noutro sentido e que

falarem de coisas feitas ou histórias de coisas, não era o seu género. Tinha vivido a evolução da água e que teve o privilégio de morar no Bairro de Santa Bárbara, em Folgoso, que era da Empresa Carbonífera, que já tinha água canalizada e naquela altura era um luxo. Tentaram demonstrar que a água teve uma evolução positiva com a canalização, mas também teve coisas muito negativas. Quando escrevia no jornal “O Alerta”, referiu muitas vezes que a água era uma porcaria naquela zona. Subiu muitas vezes até aos depósitos e viu que havia sapos e cobras mortas e que ia tudo parar às torneiras. A água era o bem mais precioso do mundo e deviam ter carinho por ela, mas não era o que acontecia naquela zona, porque havia água desperdiçada. Depois de fecharem as Minas do Fojo, havia pelo menos duas ou três fontes de água potável muito boa que andava pelos ribeiros perdida e outra que era encaminhada, mas pelo caminho tinha tubos arrombados. Muito recentemente a água que a autarquia pagava andava desperdiçada com tubos totalmente rebentados e sempre que alertava para aquela situação ainda era apontado como mal dizente. Quanto à Ponte Centenária, e quando falava nela, lembrava-se logo do Cavalete do Fojo das Minas, porque quem o desprezava não podia ter amor pela Ponte. O património mineiro estava totalmente desprezado desde que fecharam as Minas e se o pusessem a render daria bem para pagar as obras da Ponte. Ainda andava muita gente na ribalta a defender direitos e a falar muito, mas não se lembravam do seu contributo para que aquele património fosse totalmente desperdiçado, ou melhor, usado em proveito próprio. Lembrava-se dos ferros dos carris das oficinas do Fojo que foram totalmente vandalizados e que ainda havia pessoas que defendiam aqueles interesses, mas estiveram no campo de batalha a olharem pela sua vida. O património do Baixo Concelho do Couto Mineiro do Pejão era muito bom, mas estava totalmente desbaratado e desarticulado. Que não bastava fazer o Museu, tinha que haver sinais vivos no terreno, do legado dos antepassados.

José Adelino Nunes, residente em Sobrado, referiu que dava os parabéns ao Sr. Presidente da AM pela realização da sessão da AM no baixo Concelho, porque dava a possibilidade às pessoas de dizerem o que lhes vai na alma e que isso era a democracia. Quanto à questão da Ponte esperava que fosse um espírito de união. Deveriam ter cautela e meditação porque estavam próximos do local onde repousava os restos mortais de um homem a quem o Couto Mineiro do Pejão muito devia. Deixava a sua homenagem e agradecimento ao homem Jacques Tyssen e a todos os mineiros que por lá passaram. Esperava que a AM e a União de Freguesias tivessem o espírito que aquele homem teve e que transformasse a União de Freguesias em Junta de Freguesia do Couto Mineiro do Pejão. Que só com união e esforço de todo o Couto Mineiro se podia fazer uma Freguesia forte, capaz de bater o pé, para reivindicarem os seus desejos. Que talvez com a união de todos, a questão da ponte fosse resolvida e que a mesma fosse um elo de ligação. Um paivense de Pedorido (Augusto Silva) que estava ausente do Concelho solicitou-lhe que transmitisse o seguinte: “ *Que muitas pessoas felizmente sentem e têm*

manifestado a seu apoio pela conservação e continuidade da nossa Ponte Centenária. Isto quanto a mim deverá servir de estímulo para aqueles que dão a cara por este movimento. Neste tempo cheio de ambiguidades e de incertezas quanto ao futuro para esta região. A nossa Ponte Centenária traz consigo um valor que começa a ser raro e que vale mais que o ouro, porque vê-se que consegue pôr à sua volta pessoas com as mais variadas e diferentes posições ideológicas e até rigorosas e que vivem ou moram próximas, mas também longe por vezes, mas que reconhecem na Ponte Centenária um papel cultural muito relevante, mas sobretudo um papel económico que serviu e uniu gerações que em boa parte foram os nossos antepassados, ou os antepassados de toda esta região que já foi mineira. Já trouxe aqui o memorial do monumento da Defesa da Ponte um exemplo do meu bisavô Luís Moreira, trabalhador rural, que aos 20 anos de idade ainda no período monárquico, chegou a participar no levantamento de parte da estrutura de pedra em que se assentam as partes metálicas da nossa Ponte. Mas o mais natural é que outros homens daqui e de outros lugares vizinhos tenham também participado ativamente nessa mesma obra que na época deveria ter levantado fervor festivo de toda a região paivense e arredores. Décadas depois esta nossa Ponte velhinha do Arda viria a prestar outros serviços relevantes, que seria bom relembrar, basta citar o trabalho continuado das locomotivas e dos vagões de carvão ao serviço da Carbonífera, durante décadas e que uma boa parte de nós ainda retém nas memórias e que morrerão connosco porque assim manda a vida limitada como sempre foi. Claro que vai haver dificuldades seguidas de outras dificuldades, mas temos de saber contar com essas dificuldades. Mas sobretudo saber sempre apoiarmos uns aos outros, procurando mais apoios, como a ADEP de Paiva podem fazer a diferença para que a nossa Ponte Centenária saia por cima e a cantar vitória rumo a um futuro de que temos obrigação de ajudar. Um bem-haja a todos os que apoiam este processo da Ponte Centenária.” Dirigiu-se ao Sr. Eng.º. das Águas do Douro e Paiva e questionou-o se era verdade ou mentira que tivesse dado 200 mil euros para a passagem da conduta na Ponte Centenária e se o mesmo estava a dirigir os trabalhos de saneamento na Ponte de Caninhas, em Fornos. Se já estava em andamento o projeto para a passagem de Saneamento em Pedorido, como ia lá passar aquela conduta e se aproveitavam ou não a estrutura da Ponte. Que achava que só era possível dar solidez e fazer a recuperação daquela Ponte com a passagem das condutas de água e saneamento, porque fortalecia mais a referida estrutura. Estava na altura de dizer à população e ao Movimento como estava previsto aquela passagem.

António Pereira Magalhães, ex-Presidente da Junta de Freguesia de Pedorido, começou por agradecer ao Sr. Presidente da AM o convite que lhe foi endereçado para a sessão da AM e referiu que tinham falado muito sobre a Ponte e que lhe dava a impressão que era uma Ponte qualquer ou vulgar. Contudo, não era disso que se tratava, porque estavam a falar de uma Ponte Centenária, que dizia muito ao

Concelho e devia dizer muitíssimo mais à região, mas, infelizmente, tinha-se provado que não dizia grande coisa. A região do Couto Mineiro integrava, também, a Freguesia da Lomba, pelo seu passado. Não podiam esquecer que as Minas do Pejão chegaram a integrar dois mil e tal trabalhadores, Movimentaram vários Concelhos como Arouca, Penafiel, Gondomar, Castelo de Paiva e outros. E continua-se a perder no tempo a reparação da Ponte de Pedorido. Acrescentou que tinha sido feita uma prospeção durante o seu mandato, a montante da Ponte Centenária, para que as águas passassem no leito e atravessassem o Rio Arda. Mas, devido à moleza do terreno não era possível e que na altura disseram-lhe que tinha chegado aos 23 metros de profundidade. Naquela altura não tinham encontrado outra solução senão a que atualmente ainda se encontra no local. Mas, pensava que a situação já se arrastava no tempo, porque era uma obra provisória e temia que a mesma passasse a definitiva. Como membro da Assembleia de Freguesia, questionou se havia novidades em relação às obras e para a retirada da conduta. Se havia outras novidades em relação à reparação da Ponte. Não pretendia sair da AM com as dúvidas que tinha, uma vez que estava na presença do Sr. Eng.º das Águas do Douro e Paiva e da CIM-Douro que lhe poderia dar a conhecer dados concretos: como, quando e onde.

Presidente da AM esclareceu que o Sr. Manuel Moreira Rodrigues, que o conhecia há tanto tempo, podia, no meio da discussão que fez contra ele, ter posto uma nota de rodapé a dizer que ele também tinha alguma qualidade por mais pequena que fosse. O que tinha dito só podia ser um equívoco, com certeza, e não quis esclarecer quando o poderia ter feito, tentando lançar alguma confusão e inverdades. Poderia ter reconhecido que era a segunda vez que podia falar livremente, sem interrupção, usar da palavra na região do Couto Mineiro, na AM, absolutamente democrática e convocada pelo Presidente da AM. Que chamar “*talibã*” era ofensivo, não lhe ficava bem, que nunca lhe tinha chamado isso nem o ia fazer. Que na sua democracia, lá do fim do mundo, tinha de perceber que havia outros cidadãos que tinham de ser respeitados, mesmo que fosse o Presidente da AM de Castelo de Paiva, que se tinha submetido a eleições e tinha ganho. Ficava já, também, a resposta dada ao Movimento da Ponte, porque a Assembleia de Freguesia, a CM e a AM é que tinham sido eleitas e eram eles que tinham a responsabilidade, em quem a população tinha confiado o dever de cuidarem daquele e de outros problemas. Os elementos do Movimento da Ponte estavam enganados, porque a realização daquela Assembleia não nasceu, de modo algum, com a reunião que teve com os membros do Movimento da Ponte e com o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia. O Sr. Manuel Moreira Rodrigues não tinha razão nenhuma na tentativa que fez em lançar a divisão na Mesa, porque se foi convidado a estar presente, podia usar da palavra como ex-Presidente da Junta de Freguesia e como público. Ao contrário do que disse, tinha recebido um convite especial, porque a convocatória da AM era dirigida a todos os paivenses, estava publicada em edital e ninguém foi excluído, nem

nenhuma associação nem entidade, estavam todos convidados. Repudiava em absoluto o que o Sr. Manuel Moreira Rodrigues tinha dito, não tinha razão nenhuma, considerava-se democrático e que a sua alegação não tinha razão de ser e parecia que se enfileirava em algum grupo conspirador contra o Presidente da AM de Castelo de Paiva, mas não havia problema nenhum e se houvesse era fácil de resolver. Repudiava o insulto, a deselegância da intervenção do Sr. Manuel Moreira Rodrigues e não podia ser de outro modo. O Movimento da Ponte, também, estava completamente equivocado, porque foram convidados para estarem presentes, também entrevistaram, colocaram as fotografias na sala, sem problema nenhum, e foram tratados como qualquer entidade ou quaisquer outros cidadãos que quiseram participar e não foram excluídos pela Mesa da AM. Se quisessem dar contributos e ideias boas, seriam acolhidas por quem tinha de decidir. O Movimento da Ponte não tinha um encargo especial, nem o que ia ser feito era graças a eles, mas podiam dar contributos que eram bem-vindos. Havia uma pequena diferença, porque quem se tinha apresentado em eleições e quem assumiu a responsabilidade, tinham sido eles e não o Movimento da Ponte, nem o Sr. Manuel Rodrigues, mas poderiam fazê-lo nas próximas eleições e depois poderiam fazer Assembleias ainda mais democráticas.

Manuel Moreira Rodrigues solicitou o uso da palavra para a defesa da honra.

Presidente da AM referiu que não lhe dava a palavra porque não tinha esse direito.

Manuel Moreira Rodrigues referiu que invocava a Lei.

Presidente da AM esclareceu que não havia Lei nenhuma para invocar, que não o deixaria intervir, porque era um cidadão e não um Membro da AM. Que não devia perturbar a AM, senão suspendia os trabalhos. E não lhe dava a palavra, porque já tinha intervindo, que tinha insultado quem quis, inclusive o Presidente da AM e se insistisse encerrava os trabalhos.

Manuel Moreira Rodrigues referiu que tinha direito de resposta e que o faria num minuto.

Presidente da AM referiu que não tinha direito a intervir, mas se queria um minuto para a sua intervenção concedia-lho.

Manuel Moreira Rodrigues referiu que o Sr. Presidente da AM tinha dito que repudiava o seu insulto, que ele se tinha enfileirado num grupo conspirador, que lhe tinha chamado “*talibã*” e que tinha criado uma confusão de inverdades. Pelo contrário, tinha dito que a AM não era um grupo de “*talibãs*”, não tendo sido ofensivo dizer que não era democrático, mas enfileirar-se num grupo de conspiradores considerava ofensivo, contudo ia considerar que o Sr. Presidente da AM não estaria numa tarde boa. A única pessoa e quem chamou pelo nome foi o Sr. José Vieira Gonçalves e que se havia alguém que tinha de responder seria ele para dizer se o que tinha dito era verdade ou mentira.

Presidente da AM referiu que a Mesa da AM era presidida por si e composta por dois secretários e que não tinha havido nenhuma contradição e devia haver alguma confusão que depois podiam esclarecer.

Engº. Rego Costa, representante das Águas do Douro e Paiva e da CIM Douro, começou por esclarecer que quer as Águas do Douro e Paiva quer a CIM Douro pertenciam ao Grupo Águas de Portugal e quer uma quer outra, uma na água e outra no esgoto, trabalhavam em alta, mas que havia uma rede em baixa de água e de esgoto que era pertença do Município que também era sócio de ambas as empresas. Relativamente à água em alta, todas as condutas previstas no plano estavam executadas, sendo que os últimos troços eram exatamente em Pedorido, que era uma ponta de uma rede que vinha da estação de tratamento de Castelo de Paiva, localizada em Bairros, e que tinha um tratamento e uma qualidade da água ao nível do que havia de melhor. Para chegar a Pedorido havia altíssimas pressões e na altura a única hipótese que era viável era passar a conduta por cima do tabuleiro, como estava ainda, sendo que aquela passagem seria sempre provisória, porque depois se compatibilizaria com as obras de conservação da Ponte. Já estava praticamente concluído o projeto de alteração da localização da conduta que estava em cima do tabuleiro e também a inclusão de uma nova conduta que irá passar que pertencia à CIM Douro, porque era esgoto, mas ainda faltava uma compatibilização com as obras de reabilitação, porque não fazia sentido tirarem a conduta sem saberem exatamente que obras seriam aquelas. Faltava aquela interligação que muito rapidamente seria feita, que iria possibilitar a retirada da conduta do tabuleiro e que passará, com certeza, disfarçadamente por baixo da Ponte sustentada nos pilares, prevendo, também, a inclusão da conduta da CIM Douro.

Presidente da CM referiu que quanto às questões colocadas iria começar por responder ao Membro José Rocha que abordou a questão da Pró-Água e do sistema que estava a funcionar na Raiva. Aquele tipo de sistemas, por ordem da ERSAR tinha de ser extinto e havia prazos que estavam estabelecidos. A CM e a Águas do Douro e Paiva tinham de criar uma solução de abastecimento público. Não queria dizer que o sistema que estava a funcionar tinha de acabar, poderia ter outro tipo de funcionalidades, mas ao nível do serviço público de abastecimento de água tinha de ser assegurado por outro sistema que não aquele. Quanto à questão da Ponte, era evidente que a CM e a União de Freguesias queriam a Ponte reabilitada. Que tinham de ter consciência dos constrangimentos que tinham em mão, não só ao nível técnico como também ao nível financeiro, para executar uma intervenção daquela natureza. Aproveitando o momento de uma decisão que era inevitável e que iria ter de acontecer, porque a conduta de saneamento não podia passar pelo ar, para a negociação que era aquilo que estava a acontecer. Não voltou a reunir, porque não tinha dados novos, mas já tinha dado nota que estava em cima da mesa o projeto praticamente concluído, não sabia se o iria aceitar ou não porque ainda não o tinha visto. A CM, a Águas do Douro e Paiva e a CIM Douro eram empresas

responsáveis que trabalhavam com patamares de qualidade que toda a gente reconhecia, que todos estavam empenhados em encontrar uma solução interessante e que resolvesse o problema. Ninguém acreditava que a CM tinha 400 ou 500 mil euros para reabilitar uma Ponte. Não podiam confundir desejo com a realidade e tinham de perceber com que dados podiam trabalhar. Estava convicto que a solução que viesse a ser encontrada mereceria o acordo da CM. Que aquando da retirada daquela conduta, que existe e que é provisória, e a colocação de nova conduta de saneamento teria de existir uma solução que fosse interessante para todos. Não queria menosprezar o trabalho que tinha sido desenvolvido pela comissão e pelas pessoas empenhadas naquele tema. Era importante que aquele Movimento de cidadania existisse e que fizesse parte da solução. Gostava de trabalhar com factos objetivos e concretos e assim que tivesse uma solução teria muito gosto em falar com as pessoas e apresentar a proposta que a Empresa iria apresentar. Quanto ao Centro Museológico, sabia que era uma pretensão com vários anos, que quando entrou na CM havia um projeto que tinha uma componente de financiamento comunitário de 30%, mas como era um volume considerado de obra, teriam de o repensar, mas era uma questão que estava em cima da mesa, já estava a trabalhar com técnicos que estavam a colaborar com a CM. Quanto ao geoparque de Arouca era um tema que estava a ser trabalhado com o Município de Arouca para que houvesse um alargamento para aquela região. Quanto à Variante, todos queriam a ligação e fez questão de dizer ao Sr. Primeiro-ministro que a Variante era a grande prioridade para o Concelho. Mas que tinha de ser o Governo a fazer a obra, porque a CM não tinha condições para isso. Esperava que a onda que se tinha criado no País, de que as acessibilidades eram um mau investimento, passasse. Aquela ideia foi fomentada pelo Governo, porque considerou que uma parte dos investimentos das acessibilidades foi injustificada. Mas, ainda havia muito que fazer e Castelo de Paiva ainda não tinha uma ligação rápida aos grandes eixos rodoviários. Esperava que o Governo avançasse a curto prazo com aquele projeto, para que pudessem enquadrá-lo no âmbito dos investimentos do “last mille”, porque se não o tivessem não havia condições de fazer qualquer candidatura. Contava com todas as forças políticas para aquela luta, porque era uma das grandes prioridades para a captação do investimento, mas também para a sustentabilidade e manutenção do investimento no Concelho. Quanto às questões colocadas pelo Sr. Martinho Rocha da ADEP, referiu que a ligação do saneamento tinha de ser a curto prazo, porque a ETAR, estando construída, tinha de ter a ligação e o problema tinha de ser solucionado. Não lhe ia dizer se era um mês ou dois, mas o projeto estava praticamente concluído e a partir daquele momento teriam uma ideia definida do que iria acontecer. Quanto à classificação da Ponte, sabia que tinha havido o processo de submissão da classificação e o Município iria pronunciar-se sobre o mesmo. Quanto às questões do Sr. Manuel Moreira Rodrigues e sobre o assunto da Ponte referiu que não estava a menosprezar ninguém e tinha consideração por todos os paivenses. Quanto às questões do Sr. Jacinto Moreira referiu que as

preocupações relativamente ao Couto Mineiro do Pejão mereciam a sua melhor atenção e registou-as com agrado. Por último, referiu que julgava que foi proibido o trânsito na Ponte depois da queda da Ponte de Entre-os-Rios.

Presidente da AM interrompeu os trabalhos por 15 minutos para que a AM e Assembleia de Freguesia se despedissem dos convidados. Agradeceu em nome da AM todas as sugestões que foram dadas e que podiam continuar a apresentar as sugestões que a AM as apreciaria. Em relação ao Executivo, esperava que quando chegasse a hora, gostava de saber as soluções que fossem determinadas e se possível antes dos factos consumados.

Presidente da AM retomou os trabalhos.

Ausentaram-se os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Real e de S. Martinho.

2. ATAS DAS SESSÕES DA AM DE 28.04.2014 E DE 27.06.2014.

Presente a ata da sessão ordinária da AM de 28.04.2014.

Ricardo Jorge referiu que havia um erro nas datas das atas. Que em relação à ata havia um erro na página 56 na última linha, quando se referiu à questão do Regimento, quando pediam para conciliar um documento naquilo que considerava inconciliável, tinha dito que o Sr. Presidente da AM é que considerava inconciliável. O que estava escrito, e quem não esteve na AM, diria que ele é que tinha dito que era inconciliável e não tinha sido assim.

Presidente da AM referiu que os lapsos iriam ser corrigidos, mas quanto ao último ponto, admitia que tivesse dito aquilo que dizia, mas que iam ouvir a gravação e corrigir a ata.

Colocada à votação a ata de 28.04.1024 foi a mesma aprovada por maioria, com 6 abstenções (do PSD) com as retificações propostas.

Presente a ata da sessão ordinária da AM de 27.06.2014.

Ricardo Jorge referiu que na página 96 e 97 constava uma declaração de voto do Sr. Presidente da AM que não tinha sido apresentada nem lida na AM. Embora as declarações de voto fossem as opiniões de quem as fazia, naquele caso concreto tinha afirmações e factos que tinham de ter uma resposta veemente e não houve, porque não tinha sido apresentada. Como não foi apresentada a dita declaração, entendia que nos termos do Regimento e da Lei aquela não podia constar ali. Nada impediria que na próxima a apresentasse, mas como não foi apresentada nem lida não podia constar na ata; aliás, seguindo até aquilo que eram os procedimentos do Presidente da AM, nomeadamente quanto a algumas das suas intervenções, em que dizia que era formalista e que queria os requerimentos na hora. Se a declaração de voto se mantivesse na ata não poderia votar favoravelmente a sua aprovação.

Fátima Strecht referiu que, quanto à declaração de voto que constava na ata, tinha a certeza que não foi lida na AM. Para constar na ata aquela tinha de ter sido lida e depois, como o Sr. Presidente da AM fazia e exigia, tinha de ser apresentada à Mesa, por escrito, mas depois a AM tinha de ser conhecedora e sabedora do conteúdo das declarações de voto. Há a necessidade de se comprovar que aquela declaração foi presente na AM, porque até havia termos que visavam diretamente algumas pessoas que teriam, logicamente, pedido a palavra para a defesa da honra. Aquela declaração de voto não podia constar na ata. O Membro Ricardo Jorge tinha referido que ia votar contra, mas achava que tinha de ser mais do que isso. Achava que tinha que se insurgir contra aquilo, senão ia criar-se um precedente de coisas que não eram ditas e depois corriam o risco de terem coisas na ata que não se passava na AM.

Presidente da AM referiu que a sugestão da Mesa era que se deveria retirar aquela ata da Ordem de Trabalhos e pediu a todos que ouvissem a gravação e lessem as normas do Regimento. Que depois podia ler a declaração de voto e se houvesse questões ofensivas também era o primeiro a admitir, mas o que não admitia era a discussão da mesma. Tinha a certeza absoluta que a declaração de voto tinha sido apresentada à Mesa. Referiu que, como ninguém se opôs, estava retirada a aprovação da ata de 27.06.2014 e que a mesma seria presente na próxima sessão para aprovação.

3. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO (PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA).

Ricardo Jorge referiu que, em relação ao ponto anterior, a ata não estava correta e a atitude do Sr. Presidente da AM também não. Tinham alguns assuntos pendentes para tratar, mas que abdicavam de intervir no agendamento dos pontos, porque iam esvaziar aquilo que era o sumo daquela AM, que estava centrada nos temas da Ponte, no saneamento e na água. Queria deixar sublinhado que aos assuntos não estavam esquecidos, não tinham deixado de ser importantes, mas passavam para uma próxima AM. Em relação ao que foi dito no ponto 1, o Sr. Presidente da CM falou na questão da Pró-Água, disse que, naturalmente, tinha de ser extinta, que havia prazos para isso, mas depois não disse qual o prazo ou o calendário e agradecia que o informasse. Quanto à questão do Sr. Manuel Moreira Rodrigues, lamentava o episódio, porque não dignificava a AM. Conhecia bem o Sr. Manuel Moreira Rodrigues e não punha em dúvida uma vírgula do que ele tinha dito e se havia uma coisa que aquele não fazia era conspirar. Referiu que se solidarizava com a posição do Sr. Manuel Moreira Rodrigues. Por último secundava as palavras e a crítica que o Sr. Presidente da CM fez ao Sr. Presidente da AM, quando disse que os movimentos cívicos eram extremamente importantes. Custou-lhe ouvir, por duas vezes, o Sr., Presidente da AM dizer que não tinham sido eleitos e que para a próxima deviam candidatar-se. Se os eleitos eram importantes, não se podiam esquecer, então, que tinham sido eleitos e que estavam ali, porque eles tinham

votado neles. O papel dos movimentos cívicos, das associações e de outras coletividades eram tão importantes como os eleitos. Não era por serem eleitos num ato eleitoral e os outros serem eleitos numa assembleia geral de uma associação, ou informalmente, como era o caso do Movimento da Ponte, que deixavam de ter importância. Achava muito bem que o Sr. Presidente da CM tivesse feito aquela crítica indireta e não queria deixar de registar aquelas palavras. No caso em concreto, se não fosse o Movimento Cívico da Ponte Centenária aquele assunto andava esquecido.

José António Vilela, Presidente da União de Freguesias de Sobrado e Bairros referiu que agradecia à CM a colaboração prestada na Feira de Gado de S. Lourenço e a presença do Sr. Presidente da CM e Vereador. Referiu que deveriam ter mais cuidado na marcação de eventos na mesma freguesia para não acontecer o que aconteceu com a realização da Festa da Francesinha e do Emigrante na mesma altura da feira de gado. Gostava de saber se já havia alguma data para a conclusão das obras na entrada da Vila de Sobrado, sabia que era difícil fazer a previsão, mas se pudessem indicar uma data, agradecia, porque iriam ter, brevemente, a Feira do Século. Gostava, ainda, de dar os parabéns ao Sr. Presidente da União de Freguesias de Raiva, Pedrido e Paraíso, assim como ao Sr. Presidente da AM, pela realização da AM no baixo Concelho.

Almiro Moreira começou por referir que dava os parabéns à Mesa pela realização da AM no Couto Mineiro. Quanto à questão da Variante à EN 222, via que estavam presentes pessoas que pertenciam ao movimento popular que tinham apelado à Construção da variante à EN 222. Que o próprio PSD se tinha empenhado, de uma forma muito consistente, para que, de facto, a Variante à EN 222 pudesse ser uma realidade. O PSD, também, teve oportunidade de transmitir pessoalmente ao Sr. Primeiro-ministro, aquando da visita a Castelo de Paiva, que aquela era a primeira prioridade do Concelho. Que tendo em conta todas as reuniões que tiveram, quer na estrutura do PSD, quer localmente, quer todas as intervenções, tinha a plena convicção que o projeto da Variante à EN 222 ia avançar para muito breve. Referiu que a causa que ia apresentar era um problema muito preocupante na Europa, em Portugal e muito concretamente em Castelo de Paiva. Estava a referir-se à questão da natalidade. Tinha participado num estudo e que o PSD estava a pedir contributos a todas as associações e entidades relativamente àquela matéria, mas que havia uma referência no estudo e, sempre que falava com algumas pessoas das associações, elas ficavam atónitas com os dados que tinha sobre a natalidade em Portugal. Que bastava ver em Castelo de Paiva que em 2013 tinha 810 crianças no 1º. Ciclo e que naquele ano nasceram, pela primeira vez, menos de 100 crianças, concretamente 98. Quando aquelas crianças que nasceram em 2013 forem para o 1º. Ano, em 2019, não irão ter 810 crianças no 1º. Ciclo, mas sim 503, ou seja, menos 307 crianças no Concelho de Castelo de Paiva, no 1º. Ciclo. Se alargassem aquele horizonte para todo o ensino, tinham 2083 jovens entre o 1º. e o 12º. Ano, mas pela evolução que

tinha e pelas crianças que nasceram em Castelo de Paiva, terão 1.634, ou seja menos de 448 crianças. Poderiam imaginar quantas escolas terão de fechar e quantos professores a menos serão necessários no Concelho. Não precisava de ir buscar os dados de há 40 anos, bastava recuar até ao ano 2000. Naquele ano, em Castelo de Paiva, nasceram 242 crianças e, comparando com 2013, eram menos 150 crianças, menos de 60% dos nascimentos num espaço de 13 anos. Não era um, problema só de Castelo de Paiva, mas deviam começar a resolver e a pensar. A ação social era muito importante, proteger os idosos também, assim como apoiar quem estava nas escolas, mas também era muito importante apoiar a natalidade. Havia outros fatores de preocupação no Concelho de Castelo de Paiva e, só para que ficassem mais elucidados, referiu-se aos Censos de 2011, as crianças que naquela data tinham zero anos havia 123, mas se recuassem 20 anos tinham 229, ou seja, uma perda de 100 crianças. No distrito de Aveiro, o único Concelho que se comparava a Castelo de Paiva era Sever do Vouga. Sabia que a questão da natalidade tinha custos muito elevados e sabia, também, que o próprio estudo referia que a natalidade não podia ser vista como uma prestação social. Não se podia dar benefícios ou incentivos à natalidade a quem tinha carências sociais, porque não abrangia só as faixas de menor rendimento, infelizmente a natalidade abrangia todos os setores da sociedade. Sabia que o Sr. Presidente da CM ia dizer que não tinha disponibilidade financeira, mas teria de fazer opções. Referiu que ia dar alguns exemplos onde o Sr. Presidente da CM poderia ir buscar algum dinheiro. Estavam abertos 2 concursos para técnicos de SIG para a CM e que, a serem admitidos, iriam ter um custo para o Município, até 2019, de 270 mil euros. A opção que o Sr. Presidente da CM apresentou na AM para criar um lugar de diretor de departamento em detrimento de um chefe de divisão iria custar, até 2019, 48.676 euros no mínimo. A opção que o Sr. Presidente da CM teve de se coadjuvar com 2 adjuntos em detrimento de ter um secretário ou utilizar funcionários do Município, iria custar, até ao final do mandato, 209.896 euros. O custo que o Sr. Vice-Presidente tinha com o seu secretário iria custar, até ao final do mandato, 79.437 euros. Se somassem aquelas 4 parcelas teriam, mais ou menos, 600 mil euros até 2019 ou até ao final do mandato. Quando via grande publicidade a apoios sociais e a gastarem 15, 20 ou 30 mil euros, pensava que havia margem para que pudessem investir na natalidade e fazerem de Castelo de Paiva um Concelho diferenciado em termos de natalidade para que não estivessem dali a 6 anos com menos 307 crianças no 1º. Ciclo e menos, quase, 500 no ensino escolar do 1º. ao 12º. Ano.

José Correia Teixeira Martins referiu que tinha muito gosto em estar ali na área da sua Freguesia do Couto Mineiro, como reconhecimento propôs e solicitou ao Sr. Presidente da CM e ao Executivo um voto de confiança, de boa dedicação e empenho de todos os paivenses durante os mandatos. Era inevitável as inúmeras obras que se estavam a efetuar em tempos difíceis no Concelho, que isso era notável e dava o seu elogio ao Executivo liderado pelo Dr. Gonçalo Rocha. Queria lembrar

um facto que aconteceu no Couto Mineiro do Pejão, que foi a inauguração da Empresa Oropol, que estava instalada na Portela, na Raiva. Aquela empresa teve muito apoio da CM, como foi o caso da isenção de 50% da taxa de licença de construção entre outros apoios. Dava os parabéns pelo empenhamento da D. Rosa Paiva, gerente da empresa BRADCO e paivense. Dever-se-ia dar os parabéns à CM pelo apoio que tinha dado à fixação daquelas empresas no Concelho.

José António Rocha começou por referir que ia fazer um breve comentário à intervenção do Membro Almiro Moreira e se os números fossem verdadeiros eram aterradores. Que tinha ficado surpreendido, mas, como compreendiam, dificilmente seriam contrariados pelas políticas municipais. Tinha feito referência aos nascimentos em 2013, mas não podiam esquecer que aquele número era afetado pela crise que estavam a viver. Achava que era um assunto preocupante, mas achava que devia ter parado na sua intervenção quando começou a querer fazer política, recorrendo ao populismo, dos assessores, dos secretários ou diretor de departamento, porque perdia-se a oportunidade e achava que uma coisa era discutir a natalidade outra era misturá-la com outras opções.

Carla Freitas referiu que o Sr. Severino tinha falado no abandono de algumas localidades de Castelo de Paiva, nomeadamente no Paraíso e o Dr. Almiro tinha falado na baixa natalidade. Relacionado com aquilo, estava preocupada com o abandono do ensino secundário no Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva, com vista a outros estabelecimentos de Ensino fora do concelho. Informou que, no presente ano letivo, saíram perto de 70 bons alunos do Ensino Secundário. Não tinha nem trazia soluções, mas achava que, enquanto responsáveis políticos, deveriam ter um papel importante naquela situação. Relativamente ao estudo do Almiro, certamente o número de alunos do 1º Ciclo ao 12º ano não teve em conta que os jovens estavam a abandonar o Concelho, não só para o ensino particular como também para o ensino público. A Escola de Castelo de Paiva não estava a oferecer as melhores condições para que os jovens tivessem um futuro melhor e promissor. Tinha a consciência que aqueles números indicados para 2019 iriam ser muito inferiores. Achava, ainda, que enquanto responsáveis deveriam tomar uma atitude, porque já tinham o executivo representado no Conselho Geral, tinham professores, educadores presentes na AM e achava que, em conjunto, poderiam ter qualquer influência para minorar esta situação, porque era preocupante. Felicitou as Freguesias de Sobrado e S. Martinho, porque iriam ter um novo pároco. Era um momento importante, porque houve, até à data, uma ausência de uma referência na Igreja. Visto a cultura espiritual ser importante para a nossa condição humana. Esperava que o novo Padre conseguisse unir e unificar os jovens e toda a comunidade à Igreja.

Filipe Costa referiu que felicitava o Sr. Presidente da AM pela realização daquela sessão. Que não tinha entendido que o Sr. Presidente da AM tivesse menosprezado a Associação da Ponte. Queria reforçar que nunca tinha visto, quer o Presidente da

AM ou da CM, em situação alguma relevar em segundo plano o trabalho das associações ou coletividades, pelo contrário. Já tinha tido oportunidade de integrar algumas associações onde elas assumiam papéis relevantes. Relativamente à intervenção do Almiro, achava que era preocupante para o concelho, mas uma coisa era aquilo que se dizia e a outra era aquilo que se fazia, mas o que se estava a passar em termos de política local não era o que o PSD estava a fazer em termos de política nacional. Não era com o encerramento das escolas que se incentivava à natalidade. Não era com a diminuição de professores e com o aumento do número de alunos nas turmas que se resolvia o problema da natalidade. Para desacelerar aquele problema havia algumas políticas que já deviam estar a ser tomadas a nível central e não era isso que estava a acontecer. Na questão das estatísticas, e para pudessem focar números e falarem de percentagens, tinham de saber o que estava por trás daqueles números. Gostava de ouvir qual era a causa provável, o que é que tinha levado a que estivessem naquela situação. Tinha ouvido alguém falar que era a crise, mas achava que deveria haver outras coisas, porque já havia consequências muito antes de 2012 ou 2013. Aquelas questões não podiam ser trazidas com toda a relevância que tinham, sem estarem acompanhadas e devidamente justificadas, porque queriam perceber quais eram as causas que levavam àquelas consequências. Referiu que, na Assembleia da República, foi recentemente aprovado um diploma sobre o crédito bonificado a pessoas portadoras de deficiência, mas aquele Decreto-Lei pôs de fora todas as crianças menores de 18 anos. Um indivíduo que fosse portador de deficiência, com 18 anos ou mais, podia aceder a um crédito para a construção e adaptação de uma habitação para pessoas com necessidades, mas um indivíduo menor, também portador de deficiência, que ainda trazia dificuldades acrescidas aos seus pais, não tinham direito a reconstruir ou a adaptar a casa para o seu filho menor. Aquelas situações tinham de ser vistas, às vezes, com algum cuidado. Não só queriam que fosse fomentada a taxa de natalidade, mas que também tivessem governantes que estivessem à altura de acompanhar aquele crescimento e a taxa de natalidade. Falando a nível municipal e em termos de opções, só o executivo poderia dizer porque as fez. Tinha todo o gosto em participar naquele estudo e dar os seus contributos.

Presidente da AM referiu que aquela causa era interessante e podia até merecer um tempo diferente na Agenda de Trabalhos.

Almiro Moreira referiu que ficava feliz por ter despertado o interesse de todos no tema que trouxe. Que se quisessem estar mais informados sobre o tema poderiam consultar uma publicação do Instituto Sá Carneiro “*Por um Portugal amigo das crianças das famílias e da natalidade*”. Por último, referiu que só tinha feito uma alusão às decisões e aos critérios do Sr. Presidente da Câmara e trouxe alguma vertente financeira para que não lhe desse uma resposta vaga de que não tinha dinheiro para concretizar algo que tinha de ser estudado e implementado e que carecia de muito apoio do Governo e da União Europeia.

Marta Teixeira referiu que relativamente à natalidade e à questão que a Carla Freitas colocou, disse que tinha dois filhos e que, em 2011 e 2012, foram para o 10º. Ano para o colégio dos Carvalhos, porque a Escola Secundária, na altura, não apresentava cursos profissionais e era isto que os jovens queriam, para que lhes desse alguma probabilidade de arranjam trabalho. Havia falta de atividades nos 7º, 8º e 9º. Anos por parte da Comunidade. No Concelho de Castelo de Paiva, concretamente na Região do Couto Mineiro, não ofereciam nem incentivavam a qualquer atividade que pudessem fazer. A CM deveria articular com as Juntas de Freguesias para que criassem atividades para os jovens, porque eles ou ficavam em casa ou então em lado nenhum.

Carla Freitas esclareceu que compreendia aquela situação, mas o problema não se punha só no ensino profissional, mas também nas médias que queriam para entrar nas faculdades, até, porque, havia ensino profissional e vocacional nos agrupamentos do Concelho.

Presidente da AM felicitou a AM pelas questões apresentadas, mas estava admirado com a importância e o destaque que estavam a dar ao Sr. Presidente da AM. Que o concelho tinha outras questões mais importantes e o Presidente da AM não era um problema. Queria sublinhar dois factos, um era a solidariedade de Ricardo Jorge a Manuel Rodrigues, que supôs que estava implícito, mas disse que não punha em dúvida uma palavra do que aquele tinha dito, provavelmente o resto era concluir o que o Presidente da AM tinha dito, mas o que dizia era que não retirava nada do que tinha dito. Quanto ao outro facto, referiu que só faltava que o Presidente da AM de Castelo de Paiva, há tantos a tentar intervir e a dar o seu humilde e desajeitado, pelos vistos, contributo, pudesse ser posto em causa que não era um dos que estava na linha da frente na questão da EN 222, ou na felicitação e aplauso a todas as associações cívicas, a todos os grupos e cidadãos. Era o que Castelo de Paiva precisava e, pelos vistos, demais, porque os problemas tinham-se agravado em algumas matérias como era o caso da natalidade. Quando referiu a questão da eleição estava a referir-se ao Sr. Manuel Moreira Rodrigues e, quer aquele quer a associação, podiam candidatar-se nas próximas eleições e estabelecer as agendas. Estava apenas a cumprir o seu programa eleitoral ao realizar a AM no Couto Mineiro e não foi por causa do encontro que teve com a Associação. Nunca lhe tinha passado pela cabeça menosprezar ou desconsiderar qualquer associação, movimento cívico ou cidadão individual. Já tinha feito o convite para que dessem propostas e sugestões, porque no que dependesse da Mesa seriam canalizadas para quem de direito. Referiu que tinha uma Moção subscrita pelo GM do Partido Socialista e passou a ler: “

“PELO DIREITO À JUSTIÇA EM CASTELO DE PAIVA EM DEFESA DO TRIBUNAL DE CASTELO DE PAIVA - CONTRA O NOVO MAPA JUDICIÁRIO - MOÇÃO DE PROTESTO E DEFINIÇÃO DE ACÇÃO FUTURA.

*Na sequência do debate promovido no dia 30 de Dez. de 2013, sobre a extinção da Comarca de Castelo de Paiva e a incorporação do nosso Município na nova Comarca de Aveiro e consequente despromoção do Tribunal de Castelo de Paiva a mera instância local para causas menores e consequente risco do seu encerramento total a curto prazo, esta AM, em sintonia com a Câmara Municipal, com a Delegação local da Ordem dos Advogados e, acima de tudo, com os interesses dos Paivenses, tomou uma posição clara e firme sobre **A REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA EM CASTELO DE PAIVA** (nos termos que se anexam a esta moção).*

E, conforme deliberação, a Mesa da AM, em conjugação com a CM, desenvolveu iniciativas e diligências junto da CIM-TS e da ANMP, da Ordem dos Advogados, dos Grupos Parlamentares e Presidente da Assembleia da República, da Presidência da República e Ministério da Justiça.

Todas as entidades contactadas e que nos receberam (o que não sucedeu com o Ministério da Justiça) manifestaram compreensão pela nossa posição e sobretudo pelo absurdo que seria retirar-nos do Círculo Judicial de Penafiel e do Tribunal do Trabalho de Penafiel para nos dispersar pelas Instâncias de Santa Maria da Feira e Oliveira de Azeméis ou outras. Isto, pelas razões que estavam resumidas na nossa POSIÇÃO DO MUNICÍPIO SOBRE A REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA EM CASTELO DE PAIVA e pelos esclarecimentos adicionais que foram prestados às entidades que nos receberam ao mais alto nível.

A questão foi também por nós colocada pessoalmente ao Sr. Primeiro Ministro na sua visita recente a Castelo de Paiva, o qual, na nossa presença, tomou nota escrita e disse que ia ver o que se passava.

Porém, tudo foi em vão: o Governo e a maioria parlamentar do PSD-CDS, com total desprezo pelos paivenses e seus representantes, não alteraram a sua posição inicial, absurda e sem qualquer justificação racional de extinguir o nosso Tribunal, de recusar pelo menos a nossa integração na Comarca de Porto-Este, com sede em Penafiel, desterrando-nos para a Comarca de Aveiro, para Santa Maria da Feira e para Oliveira de Azeméis.

Perante o exposto, a Assembleia Municipal de Castelo de Paiva, reunida em 20.09.2014, neste mês em que entrou em vigor o novo mapa judiciário e em que se vive por todo o País um verdadeiro caos na Administração da Justiça, com graves prejuízos para muitos cidadãos e uma paralisação de toda a máquina judiciária que envergonha qualquer Estado de Direito:

- a) Exprime total indignação e veemente protesto pela desastrosa e incompreensível medida do Governo e maioria parlamentar do PSD e CDS;*
- b) Incumbe o Presidente da Mesa para, em conjunto com a Câmara Municipal, fazer chegar esta posição da AM de Castelo de Paiva a todas as entidades acima referidas, bem como promover outras diligências que entendam adequadas para a satisfação, na medida do possível, das referidas pretensões de Castelo de Paiva*

na REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA na nossa Terra, continuando a pugnar, pelo menos pela nossa inclusão na Comarca de Porto Este, com sede em Penafiel;

c) Não havendo resultados práticos nas diligências acabadas de referir, deverá ser ponderado um apelo a todos os Paivenses que, nas próximas eleições legislativas, recusem o seu voto aos candidatos das forças políticas, que não se vinculem a satisfazer aquelas pretensões mínimas reclamadas pelos Paivenses.”

Ausentou-se o Membro Cátia Rodrigues.

Almiro Moreira referiu que o PSD de Castelo de Paiva sempre foi um grande defensor do Tribunal de Castelo de Paiva. Que tinha sido o PSD de Castelo de Paiva, em conjunto com a Ordem dos Advogados, que conseguiu provar que havia um erro de cálculo nas estatísticas e só por aquele facto é que o Tribunal de Castelo de Paiva não tinha fechado. Aprovar um documento que destratava os membros do PSD e do CDS, que também foram eleitos, atribuindo adjetivos que até à AM ficava mal, referiu que da sua parte e também dos eleitos do PSD iriam votar contra aquele documento. Tinha pena que o GM do PS, autor da moção, não tivesse conseguido produzir um documento que pudesse reunir a unanimidade de toda a AM. Se, de facto, quisessem que a AM tivesse uma posição unânime deveriam ter apenas tratado naquela moção o que eram os verdadeiros interesses dos paivenses e não misturar a política e o populismo.

Ricardo Jorge referiu que na sua opinião aquela iniciativa era meramente política e, infelizmente, iria dar em nada, porque para o bem e para o mal todos sabiam que o Governo, naquela matéria, não ia recuar. Se queriam a moção aprovada por unanimidade, deveriam ter conversado e acertado o texto antes, porque o objetivo e o sentido era o mesmo.

Presidente da AM esclareceu que mantendo a isenção, tinha a certeza que Castelo de Paiva, naquela matéria, ia vencer e o objetivo ia ser alcançado. Subscrevia a moção e que tinha a esperança que ainda durante aquele Governo reparassem o mal que estava feito.

Fátima Strecht referiu que atendendo à importância do documento e ao número dos Membros presentes, propôs que aquele documento fosse presente numa próxima AM, aproveitando as sugestões dos Membros do GM do PSD para que o documento fosse aprovado por unanimidade. Naquele momento estavam 12 Membros do PS e 12 do PSD e que, provavelmente, a votação podia traduzir-se num empate e que o Sr. Presidente da AM teria de usar o voto de qualidade. Achava que levar um documento daquele cariz para as entidades a que se destinava aprovado daquela forma, não ficava muito bem à AM.

Presidente da AM referiu que não era nada de grave, porque aquela questão podia voltar à AM se não fosse aprovada. Esclareceu que na segunda-feira ia haver um programa na televisão dos Prós e Contras e que lhe tinham sido pedidas sugestões

ou intervenções. Que se aquela Moção fosse aprovada era uma deliberação, senão fosse, o Presidente da AM iria apresentar durante o fim-de-semana uma sugestão para as pessoas que iam intervir naquele programa. Apelou à AM que se pudessem votar deveriam fazê-lo e que se houvesse um termo ou outro que chocasse mais poderiam retirá-lo, apesar de não terem grande margem de manobra. Não queriam provocar ninguém, queriam ser coerentes com a posição que já estava nas mãos de todos os Grupos Parlamentares.

Colocada à votação a retirada da Moção apresentada pelo GM do PS, foi a mesma aprovada por maioria com 16 votos a favor (12 do PSD e 4 do PS – Fátima Strecht, Filipe Costa, Carla Freitas e José Vieira Gonçalves) e 8 votos contra (7 do PS e 1 Independente – Gouveia Coelho).

Ausentou-se o Membro Abel Duarte Barbosa.

4. INFORMAÇÃO ESCRITA DA ACTIVIDADE DA CM E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO.

Presente o ofício 3400 de 08.09.2014, do Presidente da Câmara, contendo a informação da atividade da Câmara Municipal, bem como uma informação da situação financeira datada de 8 de Setembro de 2014, e de acordo com o Mapa dos Encargos Assumidos e Não Pagos, a dívida referente a fornecedores é nessa data de 616.237,88 (seiscentos e dezasseis mil duzentos e trinta e sete euros e oitenta e oito cêntimos) e do Resumo Diário de Tesouraria, de 05.09.2014, com o total de disponibilidades cujo saldo totaliza o valor de 2.424.150,95 (dois milhões quatrocentos e vinte e quatro mil cento e cinquenta euros e noventa e cinco cêntimos), sendo estes documentos depois de apreciados arquivados na pasta anexa a esta ata.

Almiro Moreira questionou o Sr. Presidente da CM sobre a Prestação de Contas de 2013, aprovado na CM em 17.04.2014 e pela AM em 28.04.2014, em que havia uma rubrica relativamente a outras dívidas a fornecedores, à Junta de Freguesia de Paraíso de 39.884,00€, e gostava de saber se aquela verba já tinha sido paga e quando. Agradecia que nos termos regimentais o informassem por escrito.

Presidente da CM referiu que sobre a questão da Associação Pró-Água não tinha dito que aquela tinha de ser extinta, mas o que estava em causa era o serviço de abastecimento público que não podia estar vinculado àquele sistema, mas a data limite tinha a ideia que era a 31 de Dezembro de 2014. Quanto à questão do Sr. Presidente da União de Freguesia de Sobrado e Bairros, relativamente à coincidência das datas das festividades e iniciativas, iriam procurar em situações futuras ter mais cuidado. Quanto à intervenção do Membro Almiro Moreira relativamente à Variante à EN 222, referiu que precisavam do apoio de todas as forças políticas para que aquele objetivo se concretizasse, mas ainda não havia projeto. Quanto ao tema da natalidade, os números que apresentou eram

preocupantes, mas não era só em Castelo de Paiva, mas sim em todo o País. As razões de fundo podiam ser muitas, mas na sua perspectiva assentavam no novo modelo social que tinham e sobretudo na questão económica. Mas, não podia deixar passar em claro a forma ardilosa como apresentou aquele tema, tentando conotar questões de funcionamento da Autarquia com questões de natalidade. O que deveria ter dito é que nunca houve um Governo que aumentasse tanto os impostos, que mais direitos tirou aos trabalhadores e que foi o momento da História do País que mais emigração teve. A Autarquia fazia o que podia, mas a aposta tinha de cingir-se ao crescimento económico e à empregabilidade, porque uma terra sem emprego, não era terra de futuro. Quanto ao quadro da CM e os concursos que estavam em curso, eram essenciais para o trabalho que tinha de ser feito na área de toponímia, cadastro dos caminhos e ordenamento do território. A questão da natalidade era preocupante, mas não era uma Câmara Municipal que por si só poderia implementar políticas de aumento de natalidade, porque havia razões de fundo, objetivos que estavam a acontecer e as coisas deveriam ser colocadas no patamar da razoabilidade. Era um tema importante e deveria merecer a atenção do Governo e até ao nível europeu, porque aquele problema não era só do País, mas sim de toda a Europa. Quanto à intervenção do Sr. José Teixeira, sobre a instalação da Empresa Oropol, o mais importante é que se instalassem no Concelho, como aconteceu com a Bradco. Eram empresas que davam indicações importantes de estabilidade e manutenção no Concelho, por força do investimento que fizeram. A CM deu o apoio que lhe competia e é um motivo de satisfação ver empresas instaladas no Concelho, com aquela estrutura e com perspectivas de crescimento ainda maiores. Quanto à questão da dívida à União de Freguesia de Raiva, Pedorido e Paraíso, ainda não havia dados objetivos que possibilitassem o pagamento efetivo daquela dívida. Era uma questão que iriam tratar e assim que tivessem condições de fazer o pagamento iriam fazê-lo. Quanto à questão do Sr. Presidente da União de Freguesias de Sobrado e Bairros sobre a obra da entrada da Vila, tinham uma previsão até ao final do mês de Setembro, mas devido ao tempo que se fazia sentir deveria demorar mais algum tempo.

Ausentou-se o Membro Liliana Vieira

5. 1ª. Revisão ao Orçamento para 2014 (análise e deliberação).

Presente uma informação dos serviços do seguinte teor: Da análise periódica que os serviços de Recursos Humanos fazem à execução do orçamento para o ano de 2014, em concreto, às rubricas do orçamento de pessoal resultou a necessidade de se proceder a um reforço do saldo existente nas seguintes rubricas relativas à Assembleia Municipal, face à previsão insuficiente efetuada aquando da elaboração daquele Orçamento; - 01.02.04: Ajudas de Custo, no montante de 2.700,00, por contrapartida da dedução de igual montante na rubrica 01.01.04.01: Pessoal em Funções; - 01.02.13.02: outros Suplementos e Prémios/Outros, no montante de

3.000,00, por contrapartida da dedução de igual montante na rubrica 01.02.13.02; Outros Suplementos e Prémios/Outros Câmara Municipal.

Vereador José Manuel Carvalho referiu que havia necessidade de fazer-se uma revisão orçamental para reforçar duas rubricas que diziam respeito à AM sobre as ajudas de custo e outros suplementos e prémios.

Colocada à votação a 1ª. Revisão ao Orçamento para 2014, a AM deliberou por unanimidade aprová-la.

6. Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2015 e Taxa de Derrama (análise e deliberação).

Presente uma informação dos serviços do seguinte teor: Prevê o Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) que sejam fixadas anualmente, pelos Municípios, as taxas a aplicar aos prédios, dentro do seguinte intervalo, nos termos do artigo 112º: - prédios urbanos - 0,3% a 0,5%. redacção da lei n.º 83-C/2013 de 31112). A Assembleia Municipal de Castelo de Paiva em sessão realizada em 27.12.2013, deliberou fixar a taxa no valor mínimo previsto, para o corrente ano de 2014. Também na mesma deliberação foi aprovado; Relativamente à "derrama" prevista no artigo 18.º da Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (Lei n.º 7312013 de 3 de setembro) o Município não aplicar nenhuma taxa.

Vereador José Manuel Carvalho referiu que a proposta já tinha sido aprovada em reunião de Câmara. Que para o IMI a taxa proposta era a mínima, de 0,3% a 0,5% e quanto à taxa de derrama que não se aplicasse qualquer taxa em 2015.

Ricardo Jorge referiu que, já numa sessão anterior, tinha falado na taxa de derrama e que tinha proposto criar uma taxa de derrama para empresas com lucro superior a X e que tinha ficado com a ideia que o Executivo iria estudar aquela possibilidade. Queria saber se o Executivo tinha estudado essa proposta ou não e porque é que não tinha criado aquela taxa.

Giselda Neves referiu que realçava o esforço do Executivo e louvava a medida das taxas mínimas de IMI. Quanto à questão da natalidade exposta pelo Almiro, achava que ele não tinha concluído da melhor forma e se calhar ele teria na manga alguma medida que o Executivo poderia manter. Face à situação financeira do Município, o Executivo o que poderia fazer eram aquelas pequenas medidas em números, mas muito grandes, para as vidas dos paivenses, tais como, a entrega gratuita dos livros do 1º. Ciclo, porque a CM só tinha a seu cargo o Pré-Escolar e as medidas do 1º. Ciclo, devendo o Governo tomar outras medidas para os restantes ciclos. Manterem uma taxa de IMI trazia benefícios para a população de Castelo de Paiva, mas que em relação à taxa de derrama deveriam ver se havia alguma empresa, fixada em sede de Concelho, que tivesse lucros fabulosos, porque achava que aquelas deveriam contribuir de alguma forma.

Vereador José Manuel Carvalho esclareceu que, quanto à taxa de derrama, tentou-se apurar a viabilidade de distinguir as empresas em função do IRC para aplicação de taxas de derrama distintas, ou seja, isentar aquelas que tivessem valor inferior a X, que aquele valor tinha de ser definido e aplicar a taxa de derrama às restantes. Que foram levantadas algumas questões de legalidade daquela distinção e o Gabinete Jurídico estava ainda a estudar o assunto.

Colocado à votação a proposta da taxa de IMI e derrama para 2015, a AM deliberou por unanimidade aprová-la.

7. Isenção de juros, taxas de justiça e demais encargos nos processos de execução fiscal (análise e deliberação).

Presente uma proposta da Câmara Municipal do seguinte teor: “ Devido à situação nacional de crise económica e social, constata-se que existem municípios que, contrariamente ao exigido, não procederam no prazo legal ao pagamento voluntário de taxas e outras receitas liquidadas no Município, em que foram instaurados os competentes processos de execução fiscal, destinados à sua cobrança coerciva. Esta obrigatoriedade legal de cobrança coerciva, tem como consequência que ao valor em dívida acresçam juros de mora, taxa de justiça e demais encargos com o processo, de montante variável em função do débito constituído. Estes encargos agravam substancialmente a situação económica daqueles municípios e seus agregados familiares, que por conseguinte se repercutirá numa maior evasão tributária/fiscal. Várias iniciativas são promovidas pelo Estado e pela Administração Pública, onde existe uma preocupação essencial com o combate à evasão tributária, onde se pretende a satisfação das necessidades financeiras e a promoção da justiça social e igualdade, cujo reforço pode passar por diversas intervenções, desde que se respeite os princípios da generalidade, igualdade, legalidade e da justiça material, nestas se incluindo medidas de isenção ou redução de tributos (taxas e receitas), sem perder de vista a sua finalidade principal que é a arrecadação de receitas, ainda que diminuídas para fazer face aos princípios que subjazem à sua criação - necessidades financeiras e promoção da justiça social e igualdade. Segundo o disposto nos números 2 e 3 do artigo 30º da Lei Geral Tributária, o crédito tributário é indisponível, todavia podem ser adotadas condições, por ato deliberativo, que permitam a sua redução ou extinção, desde que respeitados os princípios da legalidade e da igualdade, o que prevalecerá sobre qualquer legislação especial. Ainda de acordo com a lei vigente, os Municípios dispõem de poderes tributários próprios, relativamente a tributos, a cuja receita tenham direito, nos quais se inclui o direito de conceder isenções ou reduções, sendo que estão cometidos à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal (cfr: alíneas d) e f) do artigo 15º. e nº 2 e 9 do artigo 16º- da Lei 73/2033 de 3 de Setembro e alínea c) do nº1 do artigo 25º. da Lei nº. 75/2013 de 22 de Setembro). Por outro lado e no âmbito destes poderes, sabendo-se que, quando esteja em causa o desenvolvimento económico e social, existam situações de insuficiência económica, ou razões de interesse público, o Município poderá, neste caso e no uso das suas atribuições constituir um

poder/dever, conceder isenção ou redução de taxas, incluindo a isenção de juros, taxa de justiça ou demais encargos com o processo, o que, acrescenta-se para além dos interesses referidos supra, permite a arrecadação de receitas para fazer face às suas obrigações financeiras bem como reforça o combate à evasão fiscal, obtida por meio de adesão voluntária dos devedores ao pagamento dos tributos em débito, sem desconsiderar preocupações de interesse público tais como, de emergência social, em face da precariedade económica, e de desenvolvimento social e económico do Município e da população (vide artigo 6º nº 2 alíneas b) e c) do Regulamento de Taxas e outras receitas do Município de Castelo de Paiva). Assim, no contexto que se vive de precariedade económica e social, mas sem descuidar o reequilíbrio financeiro do Município, poderá arrecadar-se as receitas em dívida (dada a sua indisponibilidade) que é garantida, visando o desenvolvimento económico e social do Município e a adoção de medidas de prevenção e de combate à evasão tributária, sem prejuízo de melhor decisão que seja proferida. É este um meio adequado e aceitável, a título excecional, com respeito pelos princípios da legalidade e da igualdade e por um prazo que superiormente seja determinado, que se confira, aos contribuintes faltosos, uma oportunidade final de regularizar voluntariamente a situação tributária, com isenção de pagamento de juros, taxa de justiça e demais encargos com o processo, permitindo ao Município recuperar os tributos devidos a título de pagamento voluntário. Assim, propõe:

1º.- Que o regime de regularização de dívidas, com isenção de pagamento de juros, taxas de justiça e demais encargos com o processo executivo seja autorizado com um carácter excecional a aplicável aos débitos cujo pagamento voluntário tenha terminado até 31 de Agosto de 2014;

2º.- Que, com exceção das taxas e outras receitas aplicáveis em sede de urbanismo e dos tributos cuja liquidação e cobrança esteja cometida à administração central ou a outras pessoas, o regime de exceção de regularização de dívidas seja aplicado a todos os débitos de que o Município seja credor;

3º.- Que o pagamento integral da dívida pelo devedor/munícipe ou pelo representante, com isenção de pagamento de juros, taxas de justiça e demais encargos com o processo, seja feito até 31 de Dezembro de 2014;

4º.- Com o pagamento integral do montante em dívida, no prazo previsto supra, determinará a extinção do processo de execução sem demais formalidades;

5º.- Que a dação em pagamento não seja autorizada como meio de pagamento admissível para efeitos do presente regime de exceção, de regularização de dívidas;

6º.- Este regime de exceção, quanto a pagamentos parciais e sempre que seja permitido, não suspende o prosseguimento do processo de execução, quanto à parte ainda em dívida e não isenta de pagamento de juros, taxas de justiça e demais encargos com o processo, quanto aos montantes ainda em dívida, devendo prosseguir os seus trâmites;

7º.- Caso os munícipes devedores não procedam ao pagamento das taxas e outras receitas municipais, até ao limite do prazo referido supra --31 de Dezembro de 2014 -, o processo prosseguirá os seus trâmites com vista à cobrança coerciva, inclusive com a penhora de direitos, de créditos e sobre quaisquer bens.

8º.- Este regime de exceção de regularização de dívidas, com isenção do pagamento de juros, taxas de justiça e demais encargos entra em vigor a partir de 21 de Setembro de 2014.

Vereador José Manuel Carvalho esclareceu que era uma proposta que já tinha sido aprovada em reunião de CM e que ia no sentido de deliberarem a isenção de juros, taxa de justiça e demais encargos de execução fiscal por um período e a data definida era 31 de Dezembro de 2014. Que aquela medida prendia-se com duas vertentes, uma primeira de possibilitar os municípios e famílias paivenses, que tivessem alguma dívida para com a CM de água e rendas dos bairros sociais, de terem uma oportunidade de liquidar aquela dívida não estando sujeitos ao pagamento da taxa de justiça e dos juros e que era também uma oportunidade da CM naquele período de tempo arrecadar as receitas daquelas dívidas.

Ricardo Jorge referiu que havia um erro na proposta no ponto 1º., porque quem lia percebia que era um perdão e não uma isenção. Que segundo a explicação que tinham dado, havia um erro, porque confundia o prazo de pagamento voluntário que terminava a 31 de Agosto e o pagamento voluntario terminava a 31 de Agosto e que eram coisas completamente diferentes. Que achava que onde se lia: “...*aplicável aos débitos cujo pagamento...*” deveria ler-se: “...*aplicável aos débitos cujo prazo de pagamento...*”. Que se não tivesse prazo dava a sensação que as pessoas já tinham pago até 31 de Agosto, mas o que lhe parecia era que queriam dar oportunidade para que as pessoas viessem pagar com isenção.

Presidente da AM referiu que aquela alteração era aceite pela AM, porque eram questões técnicas e de rigor da aplicação da norma.

Colocada à votação a proposta apresentada com aquela retificação, a AM deliberou por unanimidade aprová-la.

8. Regulamento Cheque-Farmácia. Consulta Pública (conhecimento).

Presente uma informação da CM do seguinte teor: Findo o prazo de apreciação pública (artigo 118.º do C.P.A.) do projecto de regulamento "Cheque Farmácia" não foram apresentadas quaisquer reclamações/sugestões.

Vereador José Manuel Carvalho referiu que era um procedimento administrativo e que no período de consulta pública o Regulamento não teve qualquer participação.

A AM tomou conhecimento.

9. Listagem de compromissos plurianuais no 2º. Trimestre de 2014 (conhecimento).

Presente uma informação dos serviços da Divisão de Gestão Financeira, Patrimonial e do Desenvolvimento, em que constava a listagem de compromissos plurianuais de

01.04.1014 a 30.06.2014, que se dá aqui como integralmente reproduzida e fica arquivada na pasta anexa a esta ata.

A AM tomou conhecimento

10. Relatório de Execução do Plano de Saneamento Financeiro (conhecimento).

Presente o Relatório de Execução do Plano de Saneamento Financeiro, que se dá aqui como integralmente reproduzido e fica arquivado na pasta anexa a esta ata.

Presidente da CM referiu que aquele documento fazia um diagnóstico das medidas do contrato que foi celebrado e, no essencial, as metas estavam a ser cumpridas.

Almiro Moreira referiu que ia transmitir a posição do PSD e voltava a apelar à CM para que fosse mais célere, porque aquele documento era referente a Março de 2014. Na página 8 ao reconhecerem ainda a inexistência da contabilidade analítica por parte da CM, era também o reconhecimento do pouco sucesso daquele executivo na sua reorganização, nomeadamente no que levou à criação em 2011 do Departamento Financeiro. A justificação dada naquela altura pelo Sr. Vereador José Manuel Carvalho foi que, aquela nova estrutura era um processo necessário, porque a contabilidade do Município não era baseada, ainda, numa contabilidade de custos e que, se aquilo estivesse implementado, aquele sistema já poderia elaborar um orçamento, onde não tivesse de ser refletido por unidades orgânicas no orçamento global, porque a contabilidade permitiria afetar os custos a cada um dos serviços. Depois de 4 anos, mantinha-se sem aquela tão premente necessidade do Município e achava que era um sinal de falta de sucesso. O mais grave naquele documento era que a CM tivesse uma fórmula própria de calcular o prazo médio de pagamentos. O Sr. Presidente da CM dizia que tinha 29 dias de prazo médio de pagamentos, mas ninguém sabia o que queria dizer, porque usava uma fórmula própria. O documento referia que, relativamente ao prazo médio de pagamentos, os valores apresentados pela DGAL diferiam dos valores do mapa 4 devido à utilização de fórmulas de cálculo diferentes. Que mais tarde, quando saírem os dados da DGAL afinal os 29 dias do prazo médio de pagamento que existia, na verdade, serão 100 dias. No relatório de Dezembro de 2012, a CM apregoou que tinha 28 dias de prazo médio de pagamentos, mas quando saiu o relatório da DGAL afinal o prazo médio de pagamentos era de 97 dias. Afinal, a CM não tinha cumprido o que estava no Plano de Saneamento Financeiro que dizia que tinham de ter 30 dias. Perguntou qual a razão da CM resolver ter uma fórmula própria, A DGAL, pelo despacho de 2009, data anterior à elaboração do Plano de Saneamento Financeiro, dizia que a fórmula de cálculo era a que estava determinada na lei. Questionou o motivo de a CM insistir em ter uma fórmula de prazo médio de pagamentos própria. Qual era, então, a fórmula. E o que queriam dizer, à luz daquela fórmula, 29 dias de prazo médio de pagamentos.

Ausentaram-se os Membros Filipe Costa e Fátima Strecht.

Carla Freitas referiu que queria felicitar o Executivo pela medida que tinha tomado ao nível do Cheque-Farmácia, que era mais um cumprimento de uma promessa eleitoral e mostrava que era mais uma preocupação social. Que tinha estado na apresentação e que havia critérios exigentes para fazer a seleção dos beneficiários para aquele donativo, mas tinha uma questão para colocar: visto trabalhar numa IPSS, sabendo, de antemão, que os idosos que estavam institucionalizados pagavam uma mensalidade, assim como medicamentos e fraldas, e gostava de saber se aquela população estava contemplada.

Vereador José Manuel Carvalho referiu que relativamente à questão colocada pela Carla Freitas, o que tinha sido aprovado no regulamento era o método de cálculo para aferição dos utentes que terão direito àquele benefício. Aquele método estava centrado no rendimento per capita, sendo que para a fórmula que foi apresentada as únicas deduções em termos de despesas tinham a ver com os impostos e contribuições, despesas de saúde e as de habitação. Para a fórmula era necessário aferir o rendimento anual e o número de membros do agregado familiar. Esclareceu que a questão que foi colocada não tinha cobertura direta, porque não era possível deduzir de forma direta aquilo que era a despesa que os utentes tinham nas IPSS, mas todos eram potenciais beneficiários, desde que cumprissem o que estava referido no Regulamento.

Presidente da CM referiu que quanto à questão do prazo médio de pagamentos o, valor que utilizava e publicitava era o da DGAL.

Almiro Moreira referiu que depois do que o Sr. Presidente disse apresentava um requerimento com uma recomendação à CM e que solicitava que fosse posto à aprovação pela Mesa, que passou a ler e que se transcreve na íntegra: *“Recomendação da Assembleia Municipal de Castelo de Paiva ao Executivo Municipal. A Assembleia Municipal de Castelo de Paiva, recomenda ao Executivo Municipal de Castelo de Paiva, presidido pelo Dr. Gonçalo Rocha, que, em nome da comparabilidade com outros municípios, da transparência e da rigor da informação prestada aos seus munícipes, a partir desta data, e em todas as comunicações e documentos oficiais, sempre que se referir ao Prazo Médio de Pagamentos, indique única e exclusivamente o valor calculado a partir da fórmula utilizada pela Direção Geral da Administração Local (DGAL), conforme Despacho 9874/2009, publicado no DR n.º 71, de 13 de Abril, 2ª Série, Parte C.*

Colocada à votação aquela recomendação, a AM deliberou, por maioria com uma abstenção (do PS José António Rocha), aprová-la.

Vereador José Manuel Carvalho referiu que o que estava em causa era a apreciação do relatório de execução do Plano de Saneamento Financeiro e que aqueles relatórios eram feitos com base em dados comparativos. Que a única forma que lhe

parecia possível de comparar era se a CM estava ou não a cumprir os prazos médios de pagamentos. Ia deixar de ser possível que a AM apreciasse o relatório de execução tendo em conta que o Plano de Saneamento Financeiro aprovado pela AM tinha definido um método de cálculo para os prazos médio de pagamentos diferentes. A informação que consta no relatório que foi apresentado era muito clara. Os relatórios anuais de execução do Plano de Saneamento Financeiro refletiam os prazos médios apresentados pela DGAL e os prazos médios de pagamentos com base no cálculo da CM. Os relatórios de execução do Plano de Saneamento Financeiro, que eram semestrais, refletiam apenas o prazo médio de pagamentos com base naquilo que era a fórmula de cálculo usado pela CM, mas que foi usado no cerne da apresentação do Plano de Saneamento Financeiro. A deliberação que tinha acabado de ser tomada pela AM ia enviar aquilo que eram os relatórios que deverão ser presentes à AM.

Presidente da AM esclareceu que presidia à AM, a deliberação estava tomada e era uma mera recomendação, não vinculava nem obrigava. A CM aceitava ou não a recomendação e se a mesma tivesse fundamento seguiam-na ou não.

Presidente da AM deu conhecimento à AM das atividades em que a Mesa participou.

Ricardo Jorge referiu que se lembrava de que numa das primeiras sessões da AM o Sr. Presidente da Mesa fez um despacho de delegação de competências nos secretários. Que pelo menos em duas iniciativas o Presidente da AM não tinha estado presente nem se fez representar.

Presidente da AM esclareceu que já se tinha feito representar em atividades anteriores.

11. Intervenção do público.

Paulo Teixeira, residente em Sardoura, referiu que felicitava a iniciativa da AM e que gostava de ver as AM's desconcentradas. Quanto à questão que foi abordada sobre os prazos médios de pagamentos, era pena que não tivessem tido o mesmo critério quando entraram na CM e se calhar não eram os 600 dias eram muito menos. Penitenciava-se, porque esteve presente em todas as reuniões para que foi convocado sobre a Ponte velha, por força dos 12 anos em que foi Presidente da CM, pelos dois despachos que tinha feito para interromper o trânsito, pelos 20 cm de afastamento da estrutura metálica que tinha na parte Este. Antes da queda da ponte de Entre-os-Rios, um município entregou uma peça metálica que tinha caído da Ponte velha, no lado do Jardim do Arda. Pediu, então, aos técnicos da CM para averiguarem, mas como aqueles não estavam habilitados para avaliarem a ponte, foi aconselhado, pelos mesmos, que deveria mandar parar o trânsito. Posteriormente, consultou a Águas do Douro e Paiva, que era parceira na região, se havia possibilidade de indicarem empresas que fizessem inspeções subaquáticas e à parte

metálica. Foi feito um estudo, que estava na CM, e ficou a saber-se que havia 20 cm de afastamento da parte Este, quanto aos pilares não havia problema nenhum, mas disseram claramente que o trânsito deveria ser interrompido. Foram colocados sinais de proibição, mas ninguém ligou nenhuma e a passagem de trânsito sempre se efetuou. Muitas destas questões estavam documentadas nas atas de reunião da CM que estavam na pagina da CM, mas há meses foram retirados todos os documentos anteriores a 2010 e solicitou ao Sr. Presidente da AM que intercedesse para a reativação da página da CM na internet. Referiu que se falou que a CM tinha recebido 200 mil euros da Águas do Douro e Paiva, mas era completamente falso, o que houve foram estimativas orçamentais de requalificação da Ponte ou colocarem trânsito automóvel. Mas, para a porem transitável tinha de se alterar por completo a estrutura da Ponte, e isso ia contra aquilo que a ADEP, o Movimento da Ponte e toda a gente defendiam. A única hipótese que havia era porem o trânsito alternativo com semáforos. Nas reuniões que teve com as Águas do Douro e Paiva, o que esteve em causa era que se não fosse a estrutura da Ponte as condutas que eram da responsabilidade das Águas do Douro e Paiva não passavam para o outro lado. Esta Empresa tinha uma verba para passar a conduta subaquática e o que foi proposto pela CM era que se tinham um orçamento para passarem a conduta por debaixo de água fazia-se um protocolo e , se chegasse para a recuperação tudo bem, a diferença punha a CM. O valor global só para a solução pedonal era de 254.628,090€ e para a solução rodoviária era de 479.266,00€. Naquele momento deveriam ter mais verba, porque a conduta de saneamento também ia passar na Ponte. Alertou a CM para as obras que se iriam fazer na Ponte de Pedrido para que as duas condutas pudessem lá passar. Referiu que estava totalmente disponível para colaborar sobre aquela questão. Que achava que todas as intervenções feitas na AM foram importantes, mas o mais importante era a desfasamento que existia nos órgãos da Administração Central em relação aos investimentos fundamentais para o concelho. Em 1991, o Governo deliberou encerrar as Minas do Pejão com determinadas contrapartidas para o Concelho de Castelo de Paiva e uma delas era a Variante à EN 222. Que o projeto tinha custado 300 mil contos, de Sobrado à Corga do Lobão, e que demorou 15 anos só a parte do Concelho de Castelo de Paiva. Na sua opinião se aquela variante fosse feita logo na altura do encerramento das Minas, não tinham os problemas de saúde nem os problemas da justiça que havia presentemente. No dia 4 de Outubro iriam ter um dia histórico em Castelo de Paiva, porque ia ser homenageado o Dr. João Pinto Ribeiro pelos Rotários de Castelo de Paiva e de Matosinhos, com a colaboração da CM. Quanto à Associação Pró-Água referiu que tinha tido um trabalho notável na Região do Couto Mineiro. Quanto às obras da entrada da Vila, sabia que o tempo não ajudava, mas há poucos dias viu que estavam a fazer um muro de gavião que suportava a rotunda, mas achava que tinha havido alteração do projeto, porque o muro estava a ser feito à vista de todos e não era por causa da questão da água, as terras estavam a deslizar e viu os funcionários da CM e os trabalhadores da empresa aflitos com o seu escoamento. Por último, deu

os parabéns ao Sr. Presidente da União de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso pela sala e felicitou o Sr. Presidente da AM pela realização daquela sessão.

Jacinto Moreira, residente na Raiva, referiu que o Executivo deveria ter a sensibilidade de “discriminação pela positiva” relativamente à densidade demográfica e pela área de cada freguesia. O Couto Mineiro representava metade da área de Castelo de Paiva e, como tal, havia dotação de despesas para determinados fins, como era o caso das limpezas das vias, que tinham de ser diferentes das outras freguesias, para que a União de Freguesias não tivesse dificuldades acrescidas. Na sua opinião bastava pegar no património mineiro para fazerem maravilhas e se fossem para o património paisagístico, que era extraordinário, atrairia pessoas a Castelo de Paiva. Havia muitas festas, não era contra elas, mas achava que se gastava muito dinheiro com elas.

Adelino Nunes, residente em Sobrado, referiu que felicitava a CM pela medida do cheque farmácia, assim como a manutenção da taxa mínima do IMI. Ficou satisfeito, também, com a doação dos livros escolares, mas achava que alguns alunos do 2º. Ciclo também precisavam de livros e apoios. Quanto ao perdão das dívidas, se analisassem bem, se calhar compensava ficar a dever. Achava isto tudo muito bem, mas tinham de ter cuidado e pensarem no futuro, porque tinham uma dívida para pagar. Deu os parabéns ao Sr. Presidente da AM pela garra e dinâmica que tinha na defesa do Tribunal. Mas, tinha pena que aquela garra e dinâmica não fosse igual à defesa dos problemas de saúde em Castelo de Paiva. Questionou AM se sabiam que havia muitos dias que não havia médicos. Se sabiam e estavam atentos ao que se passava em Castelo de Paiva. Esperava que a AM tivesse energia e dinâmica na defesa da saúde em Castelo de Paiva. Questionou o Sr. Presidente da CM se o transporte solidário abrangia aqueles que estavam em Real, Seixo ou Gaído para a consulta no Centro de Saúde. Por último, referiu que esperava que ao passarem pela Ponte Velha tivessem olhado para o Alto de S. Domingos para ver a paisagem e como a natureza os tinha brindado. Questionou se olharam também para as margens do Rio Arda que tinham a possibilidade de fazer duas pistas para uma via turística e para a pesca no Rio Arda. Pensava que a AM vinha ao baixo Concelho para fazer uma promessa.

Presidente da AM referiu que se dependesse dele fazia um despacho para nomear médicos, mas como não era possível se alguém desse sugestões de como poderiam resolver as questões, poderiam contar com ele. Agradeceu a todos pela participação e encerrou a sessão pelas 20.30h.

Foi lida a minuta da ata que foi aprovada por unanimidade, nos termos do nº. 3 Artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de Setembro.
